

Esquerda Socialista

Director: Augusto Mateus

Orgão do Movimento de Esquerda Socialista

ANO I N.º 11/14 Janeiro 1975 Preço 3\$00

ATACAR O CAPITAL CRIAR O PODER OPERÁRIO E POPULAR



EDITORIAL

Se o 25 de Abril abriu condições mais favoráveis de luta aos explorados e oprimidos em Portugal e, desse modo, para um avanço da luta emancipadora das classes trabalhadoras, também correspondeu às necessidades de reorganização económica e política do sector dominante da burguesia portuguesa, a grande burguesia industrial e financeira.

A situação actual é uma situação de crise política e económica, é uma situação de crise da dominação da burguesia.

Com efeito, vivemos uma situação de grave crise económica, uma situação em que mais de cem mil trabalhadores estão desempregados, em que o custo de vida sobe galopantemente (em 1974 subiu mais de 40 por cento), em que as reservas de ouro e divisas se vão esgotando e em que o recurso à emissão de moeda se vai tornando prática corrente para a resolução de dificuldades financeiras do Estado, em que o número de empresas onde os trabalhadores se veem a braços com despedimentos colectivos, fugas de patrões, fraudes financeiras e não pagamento de salários vai aumentando.

A irracionalidade, a anarquia e a desorganização da produção capitalista vão ficando cada vez mais claras para muitos trabalhadores. Curiosamente já não se ouve falar tanto de caos económico, agora que as massas trabalhadoras sentem o verdadeiro caos económico, o agravamento das suas condições de trabalho e de vida numa economia orientada para o lucro e ao serviço de uma minoria detentora dos meios de produção, numa palavra, a exploração capitalista.

Vivemos igualmente uma situação de crise política, uma situação em que o poder político se encontra dividido e desadaptado em relação ao poder económico. Vivemos uma situação em que forças políticas representadas no Governo Provisório estão decididamente empenhadas numa estabilização política obtida à custa da repressão e amordaçamento da classe operária e seus aliados e numa estabilização económica obtida à custa do esforço redobrado e da miséria dos trabalhadores. Vivemos uma situação em que o M.F.A. se apresenta como centro fundamental deste poder político dividido e ainda mostra capacidade para tomar medidas que impulsionadas e apoiadas pelas massas trabalhadoras e pelas forças revolucionárias, poderão fazer avançar a situação política, poderão criar condições ainda mais favoráveis para a luta dos explorados e oprimidos.

Vivemos pois, uma situação em que, passados mais de oito meses sobre o 25 de Abril, a base económico-so-



cial do fascismo se mantém intacta e em que as forças que representam os interesses da burguesia (ainda que vestida de roupagens socialistas ou socializantes) tentam impôr-se a todo o custo.

Na actual situação as opções políticas colocam-se com cada vez maior clareza como opções de classe.

Nesta situação de crise da burguesia e de instabilidade do poder político, os trabalhadores não podem, pura e simplesmente, confiar nas organizações reformistas e sacrificarem os seus interesses de classe e as suas lutas em nome da «reconstrução nacional» e da «consolidação da democracia».

O que está em causa não é uma opção entre democracia ou fascismo, mas sim uma opção entre um regime autoritário de fachada democrática e avanços decisivos no sentido do Socialismo, entre capitalismo e Socialismo.

São estas opções que se confrontam e contraponem em torno da questão do Plano Económico (que ficou em aberto com as decisões tomadas na Assembleia de Delegados do M.F.A.), da questão sindical, da questão das eleições e de todas as questões que nos tempos mais próximos se virão colocar.

Em relação ao Plano Económico o M.E.S. alertou as massas trabalhadoras para o que estava em jogo e levou por diante uma manifestação que teve o apoio de milhares de trabalhadores, que mostraram claramente que estavam dispostos a lutar para que o Plano Económico fosse um instrumento de ataque aos capitalistas e não uma arma para enganar os trabalhadores. Em relação à crise económica e ao Plano Económico, em particular, o M.E.S. mantém uma posição bem clara mostrando que

Esquerda Socialista

TAP — Grão Pará — Portugalia

Cambournac Pág. 2/3

Açores Pág. 4

Nacionalização sob controlo dos trabalhadores Pág. 6/7

Socialismos Pág. 8

Brasil 74 Pág. 9

Serviço Cívico Pág. 10

Angola, Cimeira Pág. 12

EDITORIAL

Continuação da pág. 1

só a tomada de medidas concretas de ataque ao poder dos capitalistas, atingindo os três sectores básicos da sua sustentação — o financeiro, o do comércio e o da produção — servem os interesses dos trabalhadores. É por isso que defendemos a nacionalização da Banca privada e dos seguros, a nacionalização dos sectores industriais básicos e a expropriação dos latifúndios, a nacionalização do comércio externo e o controle estatal do comércio interno grossista de produtos essenciais, a proibição dos despedimentos sem justa causa e do «lock-out», a nacionalização de todas as empresas, nacionais e estrangeiras, que efectuem despedimentos colectivos. Mas entendemos que estas medidas só servirão os interesses dos trabalhadores se baseados na movimentação e organização dos trabalhadores: nacionalizações sem controle dos trabalhadores não nos interessam e entendemos que não servem os interesses dos trabalhadores, porque o sector estatal tem que ser, não um sector de pacificação da luta operária, mas um sector onde o poder dos trabalhadores se afirme claramente.

Se a situação em relação ao Plano Económico se mantém em aberto, as críticas que o chamado «Plano Melo Antunes» recebeu no seio do próprio M.F.A. têm importante significado político.

Segundo-se ao Plano Económico, a questão sindical surge agora na ordem do dia. Aqueles que defendiam a versão original do Plano defendem agora o pluralismo sindical, isto é, a possibilidade de controlarem a sua parcela do movimento sindical, a possibilidade de dividirem os trabalhadores para melhor serem explorados e dominados, é esta possibilidade que muitas vezes é chamada de liberdade sindical.

Neste momento é pois fundamental lutar contra aqueles que, segundo uma opção de classe bem clara, pretendem dividir os trabalhadores e abrir as portas ao pluralismo sindical. Cabe, assim aos trabalhadores e às forças políticas revolucionárias, baterem-se pela unidade sindical, mas não só, já que o que interessa fundamentalmente é a construção da unidade revolucionária da classe operária e dos seus aliados. Não basta pois lutar pela unidade sindical, é fundamental lutar pela democracia interna e pela apertadismo dos sindicatos, lutar por um verdadeiro sindicalismo de classe.

Na situação política transitória que vivemos a luta pelo Socialismo está portanto na ordem do dia e só a luta de massas por objectivos anti-capitalistas poderá conter a recuperação política da burguesia e as aventuras reformistas que poderiam levar a um capitalismo burocrático de Estado de fachada socialista.

Entendemos, portanto, que a actual fase da luta política dos trabalhadores se caracteriza pela manutenção e aprofundamento da crise política da burguesia imposta pela luta de massas organizadas em termos de contra-poder efectivo. O sacrifício deste objectivo ao legalismo, gradualismo e eleitoralismo só pode levar à recuperação pela burguesia da actual crise económica e política.

Na actual situação o objectivo táctico global da luta pelo Socialismo é a criação do poder operário e popular, a conquista e exercício pelas massas trabalhadoras de efectivas contra-poderes aos diversos níveis das estruturas económicas e políticas forçando a passagem dum situação caracterizada pela divisão do poder político a uma situação de dualidade de poderes.

Isto porque neste processo, até às eleições, ou sairá vitoriosa a opção de direita com a legitimação de um poder autoritário de fachada democrática, ou a opção progressista com a legitimação de poderes operários e populares que garantam a aplicação das médias anticapitalistas com a hegemonia da fracção progressista do M.F.A. sobre todas as F.A. e o avanço de um poderoso movimento de massas anti-capitalistas.

É por isto que não basta lutar por medidas de ataque ao capital e contra o pluralismo sindical. É fundamental lutar também contra as eleições na actual situação política, porque só a articulação da movimentação das massas trabalhadoras com a tomada de medidas concretas de ataque ao capital pode levar a um avanço da situação política que vá no sentido dos interesses dos trabalhadores. Avanço este que criará as condições para que, ao contrário de um processo eleitoral que seria muito possivelmente favorável à burguesia já que a base económica e social do fascismo se mantém, a vontade popular se possa efectivamente afirmar pelos seus órgãos representativos, os órgãos criados na luta contra a exploração e opressão capitalista, contra o desemprego, a vida cara e a miséria.

TAP - Unidade operária até ao fim!

Todos seguimos com admiração e simpatia a luta dos trabalhadores da TAP que, para além de lutarem contra a exploração capitalista, tiveram também que enfrentar as calúnias da célula do P. C. P. da empresa (nomeadamente quando afirmava que a greve impedia o regresso dos soldados da Guiné, o que era falso) e a militarização da empresa.

As sanções que se abateram sobre aqueles que mais se destacaram — suspensões, interrogatórios policiais, etc. — provocaram a mais viva revolta nos seus camaradas de trabalho que se movimentaram, nomeadamente realizando duas grandes manifestações em Lisboa. A luta ia num constante crescendo, e dado que processo solidários se lhe iam juntando (Lisboa, etc.), é difícil dizer que proporções teria atingido se não fosse o surgir do 28 de Setembro.

Efectivamente, face à chamada unidade que o momento impunha, os trabalhadores puseram, por momento, de lado os seus mais justos agravos em relação aos que na altura os caluniavam e vieram pára a rua esmagar a arruacão fascista.

A partir desta altura o caso TAP passou a estar menos nas páginas dos jornais, só surgindo episodicamente a notícia de algum plenário ou concentração levados a cabo pelos trabalhadores. Assim, quem há poucos dias ao abrir o jornal tinha encontrado a notícia da readmissão dos operários suspensos, que recebem algumas sanções, ainda que leves, poderá ter pensado tratar-se de um acto de benevolência do Governo, de prémio pelo bom comportamento das últimas semanas. Aliás, o teor do decreto que levanta a suspensão tudo faz para criar essa ideia. Quem acreditar nisto enganase redondamente. Porque a luta dos trabalhadores da TAP nunca parou, e se agora surge o levantamento da suspensão, ele mais não é do que uma importante vitória, só conseguida graças a essa mesma luta, perseverante, dos trabalhadores.

Porque pensamos que a informação tem sido insuficiente e que o País não anda muito bem informado sobre os últimos acontecimentos, passamos a relatá-los brevemente.

A LUTA NA TAP

— Ao 18 de Novembro realizou-se, no Pavilhão dos Desportos, um plenário com 1300 trabalhadores, no qual se decidiu suspender a negociação do A. C. T. enquanto não se der a reintegração, sem sanções.

— No princípio de Dezembro realizou-se novo plenário, na Voz do Operário. Face à violação da decisão pela administração anterior, administração, ao cortar os vencimentos a 6 dos camaradas suspensos, os trabalhadores reafirmaram a decisão anterior.

— A 10 de Dezembro a Comissão sindical convocou um plenário para as instalações da empresa. Esta Comissão queria discutir o A. C. T. e não as suspensões. Foi a administração que como condição para ceder a sala a não entrada dos trabalhadores pretensamente despedidos. Face a isto os trabalhadores decidiram recusar fazer o plenário.

— 20 de Dezembro. Novo plenário. Nele se decidiu que os trabalhadores despedidos se apresentem ao trabalho no dia 6 de Janeiro. Em apoio decide-se fazer, no dia seguinte, uma concentração em frente ao edifício 25. Nessa concentração estiveram presentes para cima de 1000 trabalhadores.

— Ainda antes do Natal realizou-se novo plenário, no refeitório. Nele é lida uma circular da administração

em que se condena a concentração feita em frente do Pavilhão 25. Os trabalhadores decidem nova concentração para dia 27.

— Concentração a 27 de Dezembro, para completar a deliberação tomada no plenário anterior, segundo a qual os trabalhadores despedidos deviam apresentar-se ao trabalho no dia 6 de Janeiro, decide-se não deixar entrar a administração, caso ela se oponha à concretização daquela deliberação.

Nesta concentração a administração proibiu a entrada da Imprensa nas instalações. Os trabalhadores decidiram vir para junto da saída de forma que a Imprensa pudesse aperceber-se das decisões. Logo aí são organizados piquetes para vigiar as várias entradas e levá-los à prática a decisão tomada.

— 3 de Janeiro. A administração da empresa publica uma ordem de serviço que trancreve o despacho do Conselho de Ministros que readmite os trabalhadores, com algumas sanções.

— Toma-se vidente que foi a continuação da luta dos trabalhadores e a sua firme determinação de irremovíveis ao fim na solidariedade com as camaradas arbitrariamente deles separados e acusados de lutarem pela sua emancipação, que levou a esta importante vitória. No entanto, talvez para não reconhecer por completo a razão dos trabalhadores, o decreto insiste em sanções, que além de inadmissíveis, foram já previamente recusadas pelos trabalhadores. Elas são a continuação de todo o conjunto de práticas discriminatórias para com as camaradas «considerados responsáveis» (17) e constituem prévia justificação para qualquer eventual futuro despedimento, pois que a sua reintegração definitiva condicionada ao seu bom comportamento durante 90 dias. Pode perguntar-se: como poderão estes trabalhadores usar as suas liberdades fundamentais? Não permitirá esta medida condenar incoerentes?

Assim, a 8 de Janeiro, em novo plenário realizado na Voz do Operário, foram reafirmadas as sanções e decidido que os atípicos recorressem para as instâncias superiores. Novas medidas serão tomadas caso tal recurso não reponha as coisas como elas devem estar.

Também foi decidido paralisar o trabalho, caso se verifique algum despedimento.

Já são muitas e muitas as lições que a luta da TAP encerra. Mas uma coisa é certa: unidos e organizados em volta dos seus interesses de classe, os trabalhadores são uma força imensa. Talvez já alguns tenham aprendido com os trabalhadores da TAP. Eles mantêm-se ao dispor de quem precise de mais explicações.

M.S.B.-Movimento Sindical de Base

No actual momento político, a questão sindical centra-se em dois aspectos fundamentais: a unidade e o dirigismo por parte das direcções. Os partidos e as forças que propagandem os pluralismos sindicais, mais não pretendem que dividir, no terreno da organização, as classes trabalhadoras; outros há que fazem da luta sindical uma forma de controlar em termos dirigistas a organização autónoma dos trabalhadores, entrando dessa maneira a capacidade de organização e de consciência das massas trabalhadoras.

O M.S.B. recentemente formado, avança para posições que nos parecem ser correctas e que nos parecem ser um contributo importante para o esclarecimento e mobilização dos trabalhadores para a luta.

Da sua declaração de princípios transcrevemos algumas partes significativas:

O M.S.B. condena a linha sindical que se caracteriza pela sujeição da vontade colectiva à vontade dos órgãos directivos e denuncia a greve prave que a mesma constitui.

O dirigismo porque traduz um divórcio entre os quadros dirigentes e as massas leva os primeiros e actuares como elementos paralisadores do movimento sindical, desmobilizando os trabalhadores e atrasando o processo da sua consciencialização.

Os sindicatos têm de ser organizações independentes dos partidos políticos quaisquer que sejam as opções partidárias dos seus associados, devendo pertencer a estes o seu controlo total e exclusivo numa posição crítica que corresponda às necessidades de luta de cada momento.

Assim, no sentido de exprimir em bases concretas a acção que se propõe desenvolver e cujo objectivo é a luta contra a exploração capitalista tendo como perspectiva orientadora a construção de uma sociedade sem classes, o M.S.B. adopta os seguintes pontos como declaração de princípios:

- 1 — Luta no plano sindical pela unidade de todas as correntes progressistas, consequentemente empenhados na defesa dos interesses dos trabalhadores;
- 2 — Rejeição do enfundamento dos sindicatos a qualquer organização política, por se reconhecer que tal situação não permite realizar a indispensável unidade sindical;
- 3 — Luta por um sindicalismo onde todas as iniciativas e decisões serão controladas pelos trabalhadores;
- 4 — Repúdio do sindicalismo

mo dirigista, por conduzir à passividade e consequente desmobilização dos trabalhadores, atrasando gravemente o processo de consciencialização dos mesmos para as tarefas que lhes cabem na luta pela sua emancipação;

5 — Existência de uma estreita e permanente ligação entre dirigentes e de mais trabalhadores que pela prática efectiva da crítica, permita a adopção dos métodos e processos tidos como mais convenientes, bem como a sua eventual correcção;

6 — Reconhecimento de que os dirigentes sindicais deverão criar as condições necessárias ao desenvolvimento da capacidade de luta dos trabalhadores e apoiar as iniciativas que, a nível de empresa sejam colectivamente tomadas;

7 — Prática de uma constante informativa e formativa entre os trabalhadores com o objectivo de desenvolver a sua consciência de classe e facilitar as decisões colectivas;

8 — Reversão imediata da organização sindical existente em sindicatos por ramos de actividade — sindicatos de indústria — como meio de consolidar a unidade dos trabalhadores e fortalecer a sua capacidade de luta;

9 — Luta por uma legislação global que permita aos trabalhadores o exercício das liberdades fundamentais e a defesa dos seus interesses.

Estes os pontos que expressam a posição do M.S.B. os quais se pretendem definidores de uma linha de acção prática a nível nacional, num espírito de colaboração e solidariedade com todos os trabalhadores que perfilhem a presente orientação.

**Das suas lutas concretas,
no dia a dia frente
ao patronato,
os trabalhadores
vão retirando
as experiências
necessárias aos avanços
decisivos.
na Portugalá, Grão Pará
Cambournac**



UMA SOLUÇÃO NACIONALIZAÇÃO

A luta dos trabalhadores da tinturaria Portugalá na defesa dos seus interesses de classe tem sido exemplar, não só pela justeza das posições defendidas, como pela auto-organização empregue e pela correcção da sua conduta.

Ao levar a cabo no dia 10, uma manifestação sob a palavra de ordem da NACIONALIZAÇÃO da empresa, ao ligarem firmemente esta sua posição com a luta mais geral das massas trabalhadoras pela aplicação de medidas concretas que obriguem o capital a pagar a sua própria crise, os trabalhadores da tinturaria Portugalá mostram compreender claramente que a luta da classe operária contra o capitalismo tem de ultrapassar o isolamento e a mera reivindicação imediata para que se dêem avanços significativos no caminho da emancipação dos explorados e oprimidos.

Com oito meses de luta, os trabalhadores vêm constatando que só a nacionalização imediata da sua empresa lhes pode garantir o fim das manobras reaccionárias dos patrões e o início de novos processos de luta com vista à sociedade sem classes que desejam.

Reivindicaram, por isso, a Nacionalização da Banca, dos Seguros, das Indústrias básicas Comércio Externo e Comércio Interno dos produtos essenciais; a expropriação dos Latifúndios; o Fim dos Despedimentos.

Também os trabalhadores da Cambournac, empresa do mesmo sector e com luta idêntica, conscientes de que esta luta, contra o capital, é uma luta de todos os trabalhadores, juntam-se-lhes na manifestação e, solidários com as suas justas exigências, fazem aprovar a seguinte moção:

Os trabalhadores concentramos na Praça de Londres, em 10 de Janeiro de 1975, considerando que:

1. Os trabalhadores da Portugalá, ao fim de oito meses de luta reivindicam a nacionalização da empresa;

2. Essa reivindicação é justa;

— porque é a única solução que lhes pode garantir o salário e o emprego;

— porque produzem serviços de interesse para toda a população, que têm de ser garantidos e não podem estar à mercê da vontade de ex-letórios;

— porque o 25 de Abril e o 28 de Setembro não se fizeram para que os nazis continuem a fazer o que lhes apetece, contra os interesses dos trabalhadores;

— porque tudo o que está na empresa foram os trabalhadores que o produziram com o seu suor — o capital inicial é de 175 contos e a empresa tem agora um património de milhares de contos;

3. Os trabalhadores da Cambournac, empresa do mesmo sector, reivindicam também a nacionalização da sua empresa;

4. Que esta reivindicação é justa porque é não só a única solução para garantir o trabalho às oito centenas de trabalhadores da Cambournac, como também a única solução para evitar que os trabalhadores de mais de catorze empresas sejam lançados no desemprego;

Decidem:

— Apoiar os trabalhadores da Portugalá e da Cambournac e reivindicar a nacionalização imediata e sem indemnização de tinturaria Portugalá e da Cambournac.

Os trabalhadores do Grupo Empresarial Grão-Pará distribuídos pelas firmas Matur, Somotel, Interhotel, Edec, Rota do Atlântico, Autodril, Comportur, Oplano, Turidcor, Compete e Grão-Pará estão em luta. Os seus 1300 assalariados da construção civil, viagens, turismo e hotelaria ocupam os locais de trabalho mantendo a laboração e alargando-a mesmo a empreendimentos recentemente encerrados pelas respectivas administrações.

É um conflito antigo e agravado à medida do crescimento espectacular do grupo, crescimento esse que, em 1973, justifica a co-reação de Femandá Pires da Silva, seu presidente de conselho de administração, como «A Empresária do Ano».

Agora, Femandá Silva liquida empresas, despede pessoal e fecha hotéis.

Já no verão de 73 é despedido sem justa causa o presidente do Sindicato dos Técnicos de Desenho, Prouença. Este é o início de uma série de acções directas e abertamente dirigidas no sentido da divisão dos trabalhadores e dificultação a todo o transe da sua organização, por uma administração grandemente comprometida com os órgãos repressivos de Caetano (ajuda financeira à D.G.S., utilização interna dos seus agentes, etc.).

guindo assim pôr no desemprego e afastar da luta mais um trabalhador que no processo reivindicativo se destacara como camarada firme e delegado sindical que era.

Neste mês atinge-se o auge da repressão aberta aos trabalhadores. Chega-se a alegar em carta de despedimento «conversas marxistas» havidas no serviço. Coincidentemente regista-se a esse tempo a visita assídua às empresas, na companhia de sua presidente, do general Galvão de Melo... Em Outubro o chefe dos escritórios da G.P. tem o aval administrativo para militar, em tempo inteiro, no C.D.S, ficando-lhe garantida a sua readmissão a qualquer altura.

É em Dezembro que, com a aproximação do Natal e a ameaça de não pagamento do 13.º mês, as movimentações dos traba-

toril, do Continente às Ilhas, iniciam-se contactos, criam-se comissões de trabalhadores, e, face à crescente subtilidade das manobras divisionistas do patronato, cresce a certeza nos trabalhadores da necessidade da união e organização de esforços. Descobre-se então que não só o 13.º mês está em risco como também os próprios vencimentos podem efectivamente vir a não ser pagos.

Algumas manobras detectadas mostram a intenção de liquidar o grupo e o interesse crescente do patronato pelo Brasil, já manifestado aliás quando, a pretexto de uma exposição de turismo, para ali seguraram numerosos volumes cujo conteúdo se ignora, mas adivinha.

A meados de Dezembro também os principais administradores deixam Portugal. Começa então frente à progressiva tomada de consciência dos trabalhadores e sua consequente unidade, nova campanha de intrigas e de jogos que não pretendendo senão o enfraquecimento do poder de luta, utiliza toda a capacidade e experiência que o longo tempo de exploração do trabalho foi acumulando.

Tenta-se a separação da Matur (Madeira) da luta nas restantes empresas por ser aquela a que actualmente mais benefícios traz ao capital.

Infiltram-se agentes divisionistas e reconhecidos reaccionários, afectos à administração, nas Comis-

sões de Trabalhadores dos empreendimentos algarvios com o fim declarado de afastar uns dos outros os trabalhadores mais distanciados geograficamente.

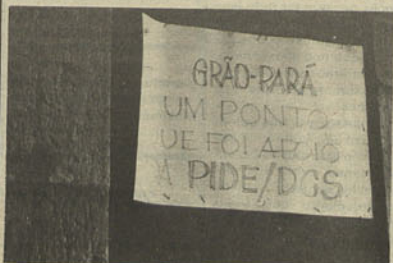
Chegam do Brasil cartas enviadas em nome pessoal de alguns funcionários prometendo mundos e fundos aos que se mantivessem «fieis».

O «empresário do ano atinge o patético: D. Pires escreve e manda circular por suas empresas do Algarve às Ilhas o muito amor que lhe vai no coração, afirmando deixar por sua morte os seus haveres aos seus mais leais servidores...

Mas os trabalhadores, nestes meses de luta, aperceberam-se melhor do que são capazes. No Holiday Inn (Madeira) hotel habitualmente com 50 por cento de ocupação está-se agora razzando os 100 por cento e tudo isso sob controle único dos próprios trabalhadores.

Agora os 1300 trabalhadores das empresas do Grupo Grão-Pará lutam pela sua nacionalização. Querem garantias para o seu trabalho e sabem-se capazes de lutar por isso como têm sido contra as manobras do patronato.

A luta dos camaradas do G.P.. É a luta de todos os que, nos locais de trabalho sejam eles a construção civil, o turismo, os bancos, os latifúndios, etc., se vão organizando e levando à prática as suas reais capacidades de emancipação.



Em Setembro de 74 fecham-se as portas à Turidcor mantendo, no entanto, a sua produção integrada na empresa mãe e conse-

lhadores no sentido da máxima coesão entre os diversos postos de trabalho tomam forma.

Do Algarve a Lisboa e Es-

AÇORES

Reacção chama-se M. A. P. A.

Na madrugada do dia 1 de Janeiro, numeroso grupo de populares que habitualmente convergem nesse dia do ano para o Largo da Matriz, espontaneamente decidiu mostrar o seu descontentamento pelo Movimento MAPA, baluarte da reacção micaelense, levando a efeito uma manifestação em frente da sua sede.

Ao mesmo tempo, outro grupo de populares, manifestava-se junto ao Clube Micaelense, associação da alta burguesia latifundiária e capitalista, denunciando, através de palavras de ordem, os privilégios daqueles que nada produzem e que vivem parasitariamente à custa da exploração da grande maioria do povo micaelense.

Estes dois acontecimentos são o reflexo de uma mesma realidade social, em que a riqueza produzida à custa do suor do povo açoriano, é esbanjada por uma minoria de ricos privilegiados que vivem principescamente.

Quem pretende perpetuar este sistema social vergonhoso é a reacção.

A reacção organizada chama-se MAPA.

Quem são os defensores do MAPA?

Os defensores do MAPA são os grandes lavradores, os grandes comerciantes, membros das extintas organizações fascistas, conhecidos porta-vozes do antigo regime.

Que pretende o MAPA?

No seu dizer, tem como objectivo a livre administração dos Açores pelos açorianos, pelo que reclama a autodeterminação dos Açores.

Mas administração dos Açores por quem?

Qual a classe para quem o MAPA reclama essa administração?

Os açorianos que o MAPA pretende para a administração dos Açores são os elementos das classes exploradoras, são os detentores dos meios de produção, são os detentores do poder económico, os seus locais, os fascistas encapotados de democratas.

CONTINUAR O FASCISMO

O MAPA utiliza toda uma estrutura fascista que ainda se mantém de pé e os meios de pressão que a mesma lhe permite, para tentar conquistar o apoio das classes trabalhadoras.

Demagogicamente, serve-se da falta de consciência política da maioria do povo açoriano para angariar assinaturas e aderentes, fazendo falsas promessas, utilizando o estafado argumento fascista do anticomunismo escondendo a verdadeira causa da miséria das classes trabalhadoras que é a apropriação pelos ricos (os senhores do MAPA) do produto do trabalho do povo açoriano.

Nós dizemos que o MAPA é reacçãoário quando

3/175
MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA

Na Stelber a classe operária venceu...

A «Stelber» é uma fábrica de bicicletas instalada em Covões — Ageda e em que se defendem interesses de capital nacional e norte-americano. É uma empresa que, como todas as empresas capitalistas, orienta a sua produção no sentido da conquista do lucro. Esse lucro é obtido à custa do trabalho dos operários que a tal são obrigados para poderem sobreviver. Uma melhoria da situação dos operários, diminuirá o lucro da empresa que, não estando interessada em que tal aconteça, combaterá todas as justas reivindicações dos operários que apontem nesse sentido.

É esta oposição entre os interesses do **capitalista explorador** — que nada produz e dos **operários explorados e oprimidos** — que tudo produzem que uma vez mais ressalta no dia a dia desta luta dos trabalhadores pela sua própria sobrevivência.

O **capitalista** compra as máquinas, monta a fábrica e compra as matérias primas, **mas tudo isso dará o resultado que ele procura** — «O lucro» — se tiver os braços dos operários que, servindo-se das máquinas, transformam as matérias primas em bens de consumo. **Sem a força de trabalho dos operários não há capital que se reproduza!**

SENHORES «PATRÕES»!

Se os braços dos vossos operários vós não sois nada! Os vossos caprichos e gastos, que nenhum bem trazem à sociedade, são sustentados por aqueles que tanto desprezais: **os vossos operários!**

Não temos os vossos automóveis, as vossas casas super-confortáveis, as vossas férias no estrangeiro e, no entanto, **somos nós que dando o melhor das nossas vidas, produzimos para que vocês possam ter tudo isso em abundância!** Ao exigirmos o pagamento dos salários que nos são devidos, não pedimos uma esmola, **mas sim aquilo que nos pertence!**

Os lucros por vós auferidos não são fruto do vosso trabalho mas sim do nosso! **Não temos culpa dos vossos erros de gestão nem do esbanjamento que fazeis do fruto do nosso trabalho!** Temos isso sim o direito de controlar aquilo que produzimos!

CAMARADAS:

A «burguesia capitalista exploradora» está em crise, sente fugir o chão debaixo

dos pés e tenta, de todas as formas, conseguir superar essa crise à custa dos próprios trabalhadores. Os trabalhadores devem-se opor com firmeza a tal manobra e obrigar o capital a suportar a sua própria crise. Dizendo não aos despedimentos, unidos como um bloco, devem eleger democraticamente uma «comissão de trabalhadores» constituída não por senhores doutores ou engenheiros mas por trabalhadores explorados. Essa comissão eleita em assembleia geral de trabalhadores, deve fiscalizar as contas e os eventuais desvios de dinheiros por parte da administração; Organizar piquetes para que não saiam quaisquer mercadorias da fábrica sem o consentimento dos trabalhadores.

A «Comissão de Trabalhadores» deve lutar contra a exploração capitalista. Por isso não deve deixar-se cair na armadilha de participar na gestão da empresa, pois se tal acontecesse limitaria-se a gerir a sua própria exploração!

A «Comissão de Trabalhadores» deve é, apoiada sempre na vontade de todos os trabalhadores, lutar para que o capital cumpra imediatamente o pagamento do mês de Dezembro e aumente as condições de segurança da classe trabalhadora.

- Impedir o capital de reduzir à miséria a classe trabalhadora
- unir todos os operários na luta pelo objectivo comum
- preparar as condições para que a classe trabalhadora tome nas suas mãos o poder político do País

Eis as tarefas fundamentais do actual momento político!

A «Comissão de Trabalhadores» deve alertar a Imprensa, a Rádio, a TV e contactar a própria com os órgãos governamentais competentes, apoiando-se sempre nas decisões dos trabalhadores.

(Comité Operário da zona de Ageda do «M.E.S.» Movimento de Esquerda Socialista)

Poder político para as mãos dos trabalhadores!

obriguemos o capital a pagar a própria crise!

lutemos todos unidos!

em frente organizada bateremos o capitalismo!

em frente pelo socialismo!

A Stelber, fábrica de bicicletas em Ageda, é mais uma unidade de exploração da força de trabalho; é mais um modo de reprodução do CAPITAL nacional e estrangeiro, à custa do trabalho não pago.

Mas os trabalhadores começaram já a abrir os olhos, a organizarem-se e a levar para a frente as lutas que os conduzirão à libertação.

E.S. esteve em Ageda e falou com um operário da Stelber. Simultaneamente se publica um comunicado emitido pelo Comité de Zona de Ageda.

E.S.: Quais as lutas dos trabalhadores na Stelber, após o 25 de Abril?

R. Houve uma paralização nos fins de Abril para exigir salários mínimos. A seguir eleger-se uma Comissão de Trabalhadores incluindo-se nesta comissão técnicos e empregados de escritório.

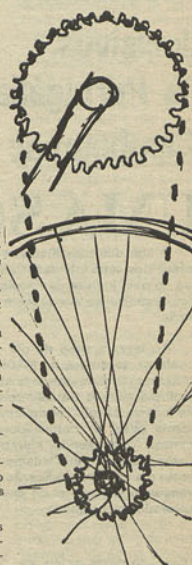
E.S. O que se tem passado com essa Comissão?

R. Em Cove elementos, um encarregado, um chefe de escritório e outro um técnico superior. Esta Comissão porta-se como lacaia da entidade patronal; não informa os trabalhadores; não esclarece; não faz nada.

Quase só reúne quando a Administração precisa ou quando é atacada pelo operário. A Comissão põe assinaturas em castigos de pessoal. Preocupam-se em que não haja barulho.

Fizeram um caderno reivindicativo por usa ordem, em que a Administração deu uma resposta pouco satisfatória e não informaram os trabalhadores dessa resposta.

E.S. Em teu entender achas que a Comissão de Trabalhadores da Empresa Stelber, defendia os interesses dos trabalhadores?



R. A empresa há cerca de um mês alegou que não tinha encomendas e que precisava reduzir o horário de trabalho. Isso sem reacção por parte dos operários. Houve um abaixo-assinado a exigir o que se passava e apareceram notícias nos órgãos de informação sobre o assunto. Houve corte dos prémios. Tentaram tirar os transportes, e depois sem mais nem menos apareceram encomendas americanas. Os trabalhadores foram então informados de que não era necessário reduzir horas de trabalho, mas que, agora por causa das notícias dos jornais, os bancos não dão mais dinheiro e por isso não têm dinheiro para pagar ordenados.

Há encomendas; há crédito para as encomendas; o que não há é dinheiro para nos pagarem. Estamos ainda sem subsídio de Natal e não temos a certeza de recebermos o nosso salário no fim do mês (segundo informação que recebemos de informação patronal).

E.S. O que é que eles alegaram para não pagarem o 13.º mês e o mês de Dezembro?

R. Dizem que os bancos não lhes dão dinheiro. E que os americanos também não, alegando que têm prejuízos fenomenais. As manobras do capital americano tanto dentro desta empresa como nas empresas luso-norte americanas, são enormes e querem sem dúvida fazer criar uma situação de graves dramática com o desemprego em Portugal.

Quem precisa de patrões?

QUINTA DE COMENDA TORRALTA

A Quinta da Comenda está incluída no complexo de empreendimentos Torralta, que há poucos dias se revelou em estado de falência, tendo levado à intervenção do Estado que substituiu a sua administração.

A quinta da Comenda é exemplo vivo de má administração pelo menos a 2 níveis:

— porque é uma empresa capitalista, sendo a sua gestão dirigida ao lucro e não às necessidades das populações. Só assim se explica que, sendo a produção agrícola nacional insuportável, o que obriga a elevado volume de importações neste domínio, na Quinta da Comenda se criassem pôneis e cavalos e se fizessem culturas para «turista ven».

— mas mesmo dentro de um ponto de vista capitalista, dum ponto de vista de rentabilidade, de lucro, a empresa tinha uma gestão escandalosa. Era dirigida pelo coronel Andrea, que além de tratar os trabalhadores como se lhe pertencessem (o que provocava frequentes atritos) trouxe toda uma equipa de funcionários, que sem grande trabalho iam comendo da mesma panela. E é assim que tínhamos, além do administrador delegado, 1 técnico agrícola, 1 chefe e 1 subchefe da secção florestal, 1 chefe de viaturas (1 tractor e 1 jipe, já com motoristas respectivos) e 2 empregados de escritório. Neste pessoal eram gastos 53 contos mensais.

Mas os trabalhadores rurais recebiam salários ridículos e não tinham férias, 13.º mês ou qualquer outras regalias. Nem recebiam horas extraordinárias ou o tempo que aos domingos e feriados tinham que trabalhar (visto que o gado come todos os dias, etc.).

Também certas experiências de gestão deram prejuízos enormes, como é o caso dum vacaria construída já há tempos, que custou milhares de contos e onde nunca até hoje entrou uma só vaca que fosse.

Mas há mais: várias moradias foram construídas nos recantos da Quinta. Passam o ano fechadas, sendo utilizadas apenas alguns fins-de-semana por ano, quando algum administrador se lembra de lá ir para descansar do cansaço que tem noutros lados.

E quando isso os trabalhadores moram em barracões improvisados onde, por exemplo, uma família inteira (mulher grávida, marido e 2 filhos) ocupa uma só divisão, ou um outro tra-

balhador que tem de percorrer todas as manhãs vários quilómetros por estradas de terra.

Ora, já o 25 de Abril tinha meses, e tudo continuava na mesma. Os trabalhadores não podiam admitir que essa situação se mantivesse. Foram discutindo conjuntamente a sua situação, escolhendo uma comissão que os representasse e fizeram o seu caderno reivindicativo.

Como não obtivesse resposta da administração, organizaram uma greve e dispuseram-se a impedir a entrada do coronel, cujo afastamento exigiam, tal como a de alguns outros funcionários (ver notícia em E.S. n.º 10).

Estão aqui a ganhar um dinheirão sem fazerem nada — dizem os trabalhadores — ainda nos tratam com desprezo, e qualquer dia despedem-nos a nós, que trabalhamos, com a desculpa de que a coisa não dá! Pois como há-de ela dar, com tantos a governarem-se.

No dia seguinte àquela tomada de posição, foi o coronel afastado.

Entretanto, quanto às restantes reivindicações tem sido difícil saber com quem tratar. A certa altura não se sabia muito bem quem era a entidade patronal: há uma administração para o conjunto da empresa Torralta, outra para as propriedades agrícolas; mas a quinta da Comenda não estava administrativamente integrada neste sector.

A Comissão de trabalhadores acabou por ir a Lisboa falar com a nova administração (a que foi escolhida pelo Governo) ficando combinado que seriam mandadas pessoas tratar com os trabalhadores. Quando já se desesperava e estavam em estudo medidas a tomar, surgiram finalmente no dia 6 representantes da administração.

Falaram com os trabalhadores, aloçaram, e no final foi-lhes entregue o caderno reivindicativo, ao qual se exige resposta até ao dia 16. Os trabalhadores reivindicam que lhes sejam asseguradas condições mínimas de habitação, uma sala de convívio, que sejam proibidos os despedimentos sem justa causa e as transferências, contra vontade do interessado. Querem um mês de férias, 13.º mês e horas extraordinárias pagas a dobrar, e querem receber ao nível da jorna que já é paga nos distritos onde há contratos colectivos de trabalho (em Se-

túbal não existe ainda Sindicato dos Trabalhadores Rurais).

«Porque eu parece-me que os trabalhadores rurais são mesmo dos que mais precisam de ser ajudados — afirma um outro trabalhador — porque se a gente vimos bem, que é que produz tudo o que os outros comem? Parece-me que é a terra que tudo dá! E sem ela, o que é que todos comiam? Por isso eu parece-me que os trabalhadores rurais deviam ter o mesmo regime e pagamento dos trabalhadores na indústria. É que nós é que trabalhamos ao sol e à chuva, de Verão e de Inverno. Por isso, isto é um caso que tem de ser visto para nós termos ajudados, para termos as condições de acordo com o que trabalhamos.

Os trabalhadores da Comenda estão neste momento à espera da resposta às suas reivindicações. Esperarão até ao dia 16, como combinado. Depois... Eles sabem que a exploração dos trabalhadores só termina com o socialismo. Mas não há que ficar à espera.



É das várias lutas que os trabalhadores desde já estão a travar que vai saindo a organização e a firme determinação que fará com que o capitalismo recolha ao sítio que a história para ele reservou — o caixote do lixo.

HENRIQUE RIBEIRO E FILHOS

A firma Henrique Ribeiro e Filhos está em risco de ser encerrada por estar em estado de falência.

Se tal suceder serão mais de cem trabalhadores a engrossar o já enorme contingente de desempregados. É mais um caso em que o trabalhador, não bastando já a exploração diária que está submetido, vê negar-se-lhe o próprio direito ao trabalho.

E, neste caso, como resultado de um abuso de confiança do patrão.

Muitas e variadas surpresas reserva a situação do explorador.

Transcrevemos em seguida um comunicado da Comissão de Delegados Sindicais:

— A Firma Henrique Ribeiro e Filhos, Lda, sita na Av. Infante D. Henrique, lote 4, Cabo Ruivo, é a mais importante fábrica da indústria de sargaria e emprega cerca de cem trabalhadores e tem três lojas na Baixa de Lisboa.

— A empresa encontra-se na situação de falência preventiva, em virtude de não ter liquidez, dado que o sócio Jaime Gualdino Ribeiro Garcia, cometeu um abuso de confiança, traduzido no facto de ter assumido licitamente compromissos em nome da firma, mas unicamente em seu proveito.

— Em virtude da declaração de falência, está já marcado julgamento, para o dia 16 de Janeiro, no 5.º Vara do Tribunal Civil da Comarca de Lisboa.

— Os trabalhadores estão perfeitamente conscientes da rentabilidade da empresa e de que a mesma tem todas as condições para continuar a funcionar, pelo que não estão dispostos a pagar, com o desemprego e a miséria, pelos roubos praticados pelo sócio gerente já referido.

— Sobretudo num momento como o actual, em que existem já mais de 120 000 trabalhadores desempregados, os trabalhadores não estão dispostos a perder o seu trabalho e o seu salário e ao mesmo tempo a ver paralizar, uma empresa que pode continuar a produzir nas melhores condições.

— Sabemos que muito do que vai ser decidido depende de credores, que são os bancos, e por isso desde já declaramos que consideraremos acto de pura sabotagem económica, a oposição por parte dos

bancos à continuidade de funcionamento da empresa.

Por isso desde já alertamos a opinião pública, os trabalhadores em geral, o Governo e o M. F. A., para as consequências que poderão resultar, para a economia nacional e para cerca de 500 pessoas, do encerramento da empresa.

— Por isso desde já reivindicamos do Governo as medidas imediatas que garantam a continuidade da empresa.

— Mas, para que não volte a acontecer o mesmo que agora se passou, desde já reivindicamos a intervenção do Estado na empresa e o direito de a Comissão de Trabalhadores, fiscalizar toda a escrita e actos da administração.

— Apelamos para todos os trabalhadores para com a sua solidariedade activa nos apoiarem nesta luta pela sobrevivência.

— Finalmente desejamos deixar bem marcado, que a empresa continua em perfeito funcionamento e a satisfaz: todas as encomendas, estando mesmo em curso uma reestruturação que permitirá ainda melhorar as condições de produção.

Lisboa, 10 de Janeiro de 1975

A Comissão de Delegados Sindicais



NACIONALIZAÇÃO



O M. E. S. convoca os trabalhadores e a população de Lisboa para a manifestação, patrocinada pela Intersindical, na próxima 3.ª-feira, dia 14, às 19 horas e 30.

Concentração na Praça da Figueira (junto à estátua) às 19 horas.

**Não aos despedimentos!
Não à subida do custo de vida!
Não ao pluralismo sindical!**

BANCOS, SEGUROS, LATIFÚNDIOS, TRANSPORTES, INDÚSTRIAS BASE, COMÉRCIO EXTERNO, E INTERNO DE PRODUTOS ESSENCIAIS

Com ampla participação da população trabalhadora da zona, realizou-se no sábado, dia 11, no pavilhão do Atlético Clube de Moscavide, uma sessão de esclarecimento do Movimento de Esquerda Socialista.

há meses. Sublinhou o exemplo da TAP por ser um exemplo claro do logro que são as teses reformistas de alianças de classe e da conciliação de classes.

DENUNCIAR AS ELEIÇÕES

Rogério de Jesus abordou o tema eleições. Começou por dizer: «O M.E.S. vai às eleições! O M.E.S. denuncia as eleições! Afirmo nomeadamente: «O capitalismo combate-se não com leis, mas com a luta dos trabalhadores. Além do mais, as eleições são inoportunas, pois, face aos problemas que realmente afligirão em Março os trabalhadores, como sejam os 150 ou 200 000 desempregados, que sentindo tem estar a canalizar as suas lutas para eleições? Quanto estiver preparado para o confronto decisivo, deve ser o proletariado a marcar o dia e o lugar que lhe forem mais favoráveis; ora as eleições, são, precisamente, o terreno mais favorável à burguesia.

«No entanto as eleições vão mobilizar a atenção de amplas camadas populares. Assim, o M.E.S. tem que lá estar para mostrar que só a luta dos trabalhadores pode resolver os seus problemas.

Finalmente denunciou as intenções do P.P.D. e C.D.S. Quanto ao slogan do P.S.: «Socialismo em Liberdade», afirmou: «O Socialismo é só um — é a liberdade para os trabalhadores, mas não para os exploradores».

António Pais, referiu-se à situação estudantil, afirmando que amplas massas de estudantes sempre estiveram ao lado dos trabalhadores, o que hoje também se verifica. Mas os estudantes não estão dispostos a alinhar na demagogia ministerial e só aceitarão um

serviço cívico que permita efectiva colaboração dos estudantes, sob a direcção da classe operária, na construção do Socialismo.

A SITUAÇÃO ECONÓMICA

Sobre a situação económica e política falou o camarada Augusto Mateus. Começou por afirmar: «O 25 de Abril pôs-se para a burguesia, como uma forma possível de resolver a crise que o capitalismo atravessava. Neste momento o que está em causa, aquilo que está em jogo é ou a recuperação pela burguesia do poder político, ou a organização dos trabalhadores para a tomada do poder, e a construção do Socialismo. Nesta «sociedade democrática» em que vivemos são feitas, nas costas dos trabalhadores, muitas coisas que para eles são importantes: ainda agora, foi muito discutido o Plano Económico de Emergência. Eu pergunto: algum trabalhador soube o que ele era? O Plano Económico pretendia solucionar a actual crise à custa dos trabalhadores, sem tocar no Capital e mantendo intacto o poder económico. Ora o que fizeram os partidos de coligação? Uns defenderam-no acerrimamente; e o que não o defenderam não assumiu também, perante as massas trabalhadoras, a posição que corresponderia à sua confiança nelas: mobilizá-las para o combate.

«Efectivamente, só o M.E.S. chamou as massas para a rua (dia 3), em manifestação contra a exploração capitalista, exigindo a expropriação dos latifúndios, a nacionalização dos bancos e seguros, dos transportes e indústrias de base, do comércio externo e comércio interno de produtos fundamentais.

«É errado apontar como objectivo apenas a luta contra os monopólios. A lu-

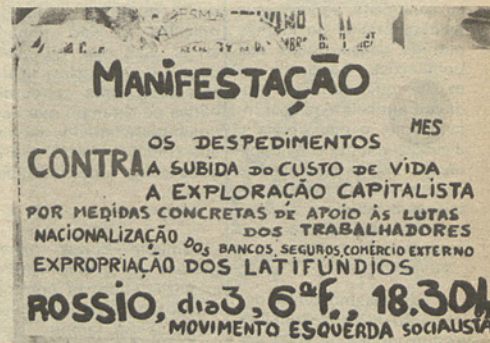
ta dos trabalhadores tem de ser dirigida contra todos os capitalistas, contra o patronato como um todo, pois o que está em causa é a luta pelo Socialismo, que está na ordem do dia e só regista avanços significativos pela luta de todos os dias contra o capitalismo.

Em relação à questão sindical, este camarada afirmou que o M.E.S. defende o princípio da unicidade sindical ao contrário do que fazem o P.S. e o P.P.D.; defender o pluralismo sindical é tentar introduzir um princípio burguês na organização dos trabalhadores.

Mas, o que tem de ser assegurado é a possibilidade de livre expressão das várias posições dentro do movimento sindical e o efectivo controle das direcções pelas bases, sem o que o aparelho sindical poderá ser utilizado como meio de controlo dos partidos ou interesses vários sobre os trabalhadores. É dentro desta perspectiva e porque considera correcto chamar para a rua as massas trabalhadoras para que digam qual a sua posição (não se limitando a ser informadas do que já está resolvido), que o M.E.S. decidiu estar presente na manifestação convocada pela Intersindical para 3.ª feira».

A finalizar as intervenções Marcolino Abrantes debruçou-se sobre o tema sindicalismo. Pronunciou-se pela unicidade sindical, acentuando a necessidade de garantir a democracia interna e de evitar o controle dos sindicatos por parte de qualquer aparelho partidário. Terminou afirmando: **A LUTA SINDICAL NÃO PODE SER CONSIDERADA ISOLADAMENTE: Ela tem de se integrar na luta mais geral contra o capitalismo.**

No fim das intervenções estabeleceu-se debate com a assistência.



1. Na sexta-feira dia três, milhares de trabalhadores corresponderam à iniciativa do Movimento de Esquerda Socialista, que havia convocado uma manifestação em Lisboa, contra os despedimentos e o aumento do custo de vida, pela tomada de medidas concretas que fizessem o capital pagar a sua própria crise. Foi deste modo evidentes serem aspirações imediatas e profundas dos trabalhadores portugueses a concretização rápida de um ataque às posições dominantes do grande capital financeiro, industrial e agrário; o que terá que passar pela nacionalização da Banca e companhias de seguros, pela nacionalização dos sectores básicos da indústria, do comércio externo e do comércio interno por grosso e pela expropriação dos latifúndios.

2. Deste modo, enquanto o Governo Provisório e o M.F.A. continuam a discutir o Plano Económico, foi claramente manifestado por aqueles que são as verdadeiras vítimas da crise económica capitalista em curso, a não adesão a eventuais medidas que, não enfrentando abertamente o poder dos capitalistas, apenas tentam remendar a ac-

tual situação com «soluções» tímidas que só permitirão o agravamento progressivo da exploração e miséria da classe operária e dos outros trabalhadores.

3. Entretanto, no aparelho governamental, para além de continuar a ser clara a atitude reaccionária do

P.P.D., o P.S. mostra que de socialista nada tem, fazendo do anticomunismo a preocupação fundamental, do legalismo burguês a defesa permanente, do pluralismo sindical um objectivo evidente, do eleitoralismo social-democrata estratégia de actuação, tentando assim boicotar a possibilidade de um avanço rápido no sentido das aspirações dos explorados e oprimidos e dando deste modo cobertura a uma alternativa política de Direita de fachada democrática. Por outro lado, as posições reformistas, claramente seguidistas em relação ao M.F.A., com uma abertura extremamente controlada ao nível da luta de massas, não contribuem para que a alternativa socialista seja claramente assumida desde já pelas mas-

4. Só a luta de massas em que a direcção da classe operária seja assegurada com a criação de contra poderes populares na cidade e no campo, nas fábricas e noutros locais de trabalho, em todos os pontos onde trabalhem e vivem os explorados e oprimidos, só a clara afirmação popular de que a luta pelas nacionalizações e expropriações unicamente tem sentido sendo assegurado o controlo, pelas massas, desse processo, poderá permitir

que avanços significativos no sentido do socialismo se processem, concretizando na prática a aliança revolucionária entre os trabalhadores e os militares do M.F.A. que se disponham a servir a causa da emancipação total da classe operária e de todos os explorados.

O Movimento de Esquerda Socialista continua a afirmar a sua total entrega a este projecto revolucionário, mantendo total autonomia política de intervenção e declarando-se disposto à colaboração na prática com todas as forças que estejam dispostas a fazer da luta pelo Socialismo a tarefa fundamental a desenvolver desde já.

A Comissão Política Nacional do MES



Pela unidade da classe operária, pela unicidade sindical!

**Pela democracia interna dos sindicatos!
Por um sindicalismo de classe!**

Contra o capital, medidas concretas de ataque ao poder económico!

Avante pelo poder operário e popular!

Vivemos no nosso país uma situação de grave crise económica, que para os trabalhadores está bem à vista nos mais de 1000 000 desempregados, na subida galopante do custo de vida e nas empresas que não pagam os salários.

Esta situação deve-se ao facto de o grande capital financeiro, agrário e industrial continuar a dominar o poder económico e, assim, a tentar a todo o custo que o 25 de Abril não seja mais do que uma adaptação política às suas necessidades e aos seus interesses para que, de braço dado com o imperialismo internacional, a economia capitalista portuguesa seja organizada à custa dos trabalhadores portugueses, do agravamento da sua exploração e da sua miséria.

Na situação política transitória que vivemos a luta pelo socialismo está na ordem do dia e só a luta de massas por objectivos anticapitalistas poderá conter a recuperação política da burguesia financeira.

Nesta situação cabe aos trabalhadores movimentarem-se e mostrarem que não estão dispostos a serem utilizados e esmagados pelas forças do capital e seus representantes políticos.

Nesta situação é tarefa fundamental fazer com que as opções fundamentais que se colocam no nosso país são claramente opções de classe, quem defende o pluralismo sindical está do lado dos que sem-

culados rapidamente os grandes grupos económicos, o que passa pela nacionalização dos bancos, companhias de seguros e sectores industriais básicos é uma resposta dos trabalhadores às manobras da burguesia!

Exigir a proibição de «lock-out», dos despedimentos sem justa causa, a expropriação dos latifúndios, a nacionalização do comércio externo e interno (dos produtos essenciais) é defender os interesses da classe operária, dos camponeses explorados e de todos os trabalhadores que não querem que a reacção capitalista triunfe.

Exigir estas medidas concretas é exigir que os bancos, as grandes empresas, os latifúndios deixem de estar nas mãos dos exploradores e aos serviços dos seus interesses que são o lucro máximo à custa da exploração dos trabalhadores.

Nesta situação é tarefa fundamental fazer pagar caro as acções daqueles que pretendem abrir as portas ao pluralismo sindical que mais não é do que a introdução dum princípio da ideologia burguesa no seio do movimento operário.

Nesta situação em que as opções fundamentais que se colocam no nosso país são claramente opções de classe, quem defende o pluralismo sindical está do lado dos que sem-

pre pretenderam e pretendem dividir a classe operária, está do lado dos capitalistas.

Nesta situação cabe aos trabalhadores baterem-se pela unicidade sindical. Nesta situação cabe aos trabalhadores baterem-se sobretudo, pela democracia interna dos sindicatos, única forma de desenvolver um verdadeiro sindicalismo de classe, única forma de o movimento sindical desempenhar o seu papel no movimento de massas anticapitalista.

Camaradas trabalhadores, neste momento lutar pela unicidade sindical exige que se lute também pela democracia e apartidarismo da organização sindical. A unidade que interessa construir é, aliás, a unidade revolucionária da classe operária e dos seus aliados.

Derrotemos a reacção capitalista no combate à exploração e opressão, na luta pelo socialismo.

Controlo da produção e os preços baixarão.

Os bancos para o povo já.

Nas fábricas, nos campos trabalhadores vencerão.

Democracia sindical — sindicalismo de classe.

Contra a exploração
Contra a opressão.
Contra o capital

Poder popular

A COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

SOB CONTROLE DOS TRABALHADORES

Todos pelo socialismo?

Depois do 25 de Abril e sobretudo depois do 28 de Setembro, toda a gente se diz «à esquerda», todos se proclamam «pelo socialismo». Até o gen. Spínola defende «o socialismo» dentro de um estilo, digamos, muito peculiar.

A burguesia portuguesa atravessa uma crise ideológica, isto é, o seu modo de pensar, o seu modo de justificar a sua dominação e exploração, todas as ideias que veiculava através da máquina de propaganda fascista foram desmoralizadas e desmistificadas, junto da grande maioria dos portugueses. Juntamente com as ideias fascistas e colonialistas, foram para o lixo da história uma série de tabus, dantes sagrados sobre a justiça, perfeição e eternidade do sistema capitalista.

Os mesmos patrões e latifundiários que exploravam os trabalhadores antes

do 25 de Abril, continuam a explorá-los hoje. Mas a sua força diminuiu. Hoje, como resultado da consciência de classe adquirida nas lutas durante e depois do fascismo, as massas trabalhadoras portuguesas, sabem que o capitalismo nunca resolverá os seus problemas, que o capitalismo não é eterno, que o capitalismo terá que acabar depressa neste País. Os trabalhadores, os explorados adoptam, pois, aquelas ideias «de esquerda», marxistas, que indicam o caminho da sua libertação.

Ao ver as suas próprias ideias em crise a burguesia e os reacçãoários que defendem os seus interesses, procuram febrilmente conseguir disfarces. Vestem-se com as ideias de esquerda, para melhor combater o real significado dessas ideias. Só assim é possível entender o gen. Spínola vestido de socialista.

da nenhum explorador neste País. O socialismo de além-túmulo conforta as almas e tem vantagem de não tocar nos bolsos nem nas sumptuosas contas bancárias dos exploradores.

Os trabalhadores importam-se muito pouco com as boas palavras, com as promessas longínquas, enfim, com toda a demagogia barata destes burgueses, que dizem querer também o Socialismo. O que interessa aos trabalhadores é o dia a dia, esta semana, a se-

guinte, o próximo mês. Pois se os dirigentes do PS, podem esperar (ou desesperar) pelo seu «socialismo» gozando todas as delícias do capitalismo, os trabalhadores estão a lutar dia a dia pelo socialismo, ameaçados pelo desemprego, pela fome, a sofrer constantemente a miséria e a exploração capitalista. Por isso deixemos de lado solenes promessas, confusos socialismos em liberdade e procuremos nos factos, quem está no campo da burguesia e quem está no dos trabalhadores.

Liberdade de explorar

As cúpulas do PS estão a bater-se furiosamente pela institucionalização de uma democracia burguesa. Ou seja, querem implantar aqui um regime político que servirá como instrumento para manter a exploração capitalista. É o «sufrágio universal», a liberdade para todas as classes, o «pluralismo», etc. Os verdadeiros marxistas, isto é, aqueles que utilizam o marxismo como instrumento para a libertação trabalhadores, e não aqueles que se disfarçam de marxistas para enganá-los, nunca conferiram a mínima validade a esses valores inactos do liberalismo burguês. Não somos pela liberdade para todas as classes. Somos pela liberdade para a classe operária e o povo trabalhador em geral. Somos contra a liberdade para os capitalistas, os latifundiários e seus agentes.

Isto significa que somos contra a liberdade de explorar contra a liberdade de defender, aberta ou veladamente, o sistema de exploração. Somos pelo pluralismo de ideias no seio das massas trabalhadoras entre as forças que defendem os interesses destas. Somos contra o pluralismo formal demagógico e burgueses que permite a defesa aberta ou velada dos interesses dos capitalistas e dos proprietários e a liberdade de expressão aos fascistas, mesmo que disfarçados de democratas. Quem defende a liberdade para estes, defende a continuação da exploração e da miséria capitalista. Ao baterem-se desesperadamente contra o adiamento das eleições, no momento em que é mais do que evidente que a ausência de saneamento de inúmeras juntas de freguesia, que o laço ideológico e cultural de 48 anos de fascismo, que toda a estrutura de dominação do grande capital se mantém intacta, as cúpulas do PS desmascaram-se, colocam os valores do liberalismo burguês à frente dos interesses dos trabalhadores, defendem os interesses do grande capital.

O anticomunismo

Para melhor defenderem as suas posições, os dirigentes do PS, lançam mão do anticomunismo procurando sem dúvida aproveitar a herança ideológica e cultural, que 48 anos de ininterrupta campanha anticomunista deixaram. O jornal «República» do dia 7/1 apresenta uma entrevista do sr. Eurico Figueiredo quase exclusivamente dedicada à intriga anticomunista num estilo que faria inveja à velha «Época». O ministro Salgado Zenha não lhe fica muito atrás, quando na defesa do pluralismo sindical, acusa os partidários da unidade partidária de inconstitucionais (quererá o sr. ministro dizer que sejam postos fora da lei?).

O MES crítico e sempre criticará com a energia e a dureza que forem necessárias, correntes e partidos reformistas. Além da polémica ideológica que mantém em relação às posições do PCP, opor-se-á sempre a todas as acções deste que considere tendentes a desmobilizar e a atrasar os trabalhadores nas suas lutas. A crítica revolucionária ao reformismo, é uma crítica de esquerda, uma crítica feita junto às massas no seio das classes trabalhadoras. O anticomunismo é a crítica de direita que visa os ideais comunistas e a luta dos trabalhadores mais do que uma força política específica. Provém do outro lado das trincheiras da luta



de classes. A cúpula do PS está do outro lado dessas trincheiras.

Ao mesmo tempo que praticam o anticomunismo, e que voltam os seus canhões contra a luta popular, as cúpulas do PS praticam a «unidade nacional» com os sectores mais reacçãoários. Significativamente procuram evitar o desmascaramento do gen. Spínola. Numa entrevista recentemente publicada o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, afirmou que Spínola, em discussão com ele e com o ministro Mário Soares, havia ameaçado recorrer a tropas norte-americanas e/ou sul-africanas, contra a Frelimo. Esta afirmação foi plenamente confirmada pela Comissão Coordenadora do MFA.

O ministro Mário Soares

ao ser inquirido sobre estes factos, foge às perguntas e evita pronunciar-se sobre o gravíssimo episódio, afirmando entre outras coisas: «Não me parece que este momento (...) seja o melhor ou mais oportuno para me pronunciar sobre esta ma-

téria. Além disso eu penso que a hora que Portugal atravessa (...) implica por parte de todos os portugueses um grande esforço pela unidade nacional (...), pelo que me parece que este tipo de polémica é prejudicial» (A Capital, 10/1/75).

Se até o gen. Spínola não deve ser denunciado, pois cabe na «unidade nacional» do sr. Soares, compreende-se melhor por que o gen. Spínola se proclama, também ele, «socialista» à sua maneira.



Muito bem está o PS na II.ª Internacional, com todos os outros partidos social-democratas, que têm vindo a traír sistematicamente os trabalhadores dos seus países desde a 1.ª Guerra Mundial, nas suas «uniões nacionais» com as suas burguesias.

Quem está fora do seu lugar são os trabalhadores que se equivocaram aderindo a este partido social-democrata.

Hoje, o PS atravessa uma crise importante e as suas cúpulas burguesas começam a ser postas em causa.

A recente cisão de esquerda que dá origem à FSP é o primeiro passo para o desmascaramento e isolamento dos dirigentes do PSP cujo lugar nunca será ao lado dos trabalhadores, mas sempre ao lado da burguesia.

Dominique Grisoni e Robert Maggiori

LER GRAMSCI

Um pensador
e
um político
que muitos consideram
da estatura
de Lenine

Colecção XX-XXI

PREÇO 100\$00

INICIATIVAS EDITORIAIS
AVENIDA RIO DE JANEIRO, 6, S/C-ESQ.
LISBOA • TELEFONE 72 40 51

INICIATIVAS EDITORIAIS

BRASIL 74

Publicamos hoje a intervenção feita na parte aberta do I Congresso do MES por um camarada da Resistência Brasileira, em representação do Movimento de Acção Socialista, Movimento Revolucionário 8 de Outubro e Acção Libertadora Nacional

COMPANHEIROS:

Antes de mais nada, queria saudar em nome do Movimento de Acção Socialista (A.S.), do Movimento Revolucionário «8 de Outubro» (M.R.-B.), da Acção Libertadora Nacional (A.L.N.), assim como também de numerosos revolucionários independentes este primeiro Congresso do Movimento de Esquerda Socialista. Também gostaríamos de saudar os companheiros de todas as forças revolucionárias e progressistas portuguesas, os companheiros dos movimentos de libertação e todos os outros companheiros aqui presentes.

COMPANHEIROS:

Sempre se falou muito da amizade entre Brasil e Portugal. Nós aqui, aceitando naturalmente que exista esta amizade, queremos somente fazer uma pequena distinção. Porque, na verdade, não é uma amizade que existe: são duas.

Existe uma amizade que é aquela em nome da qual o senhor Marcelo Caetano e o senhor Américo Tomás são recebidos no Brasil como são recebidos as tapinhas nas costas (risos). Essa é uma das amizades. Foi em nome dela que a ditadura brasileira apoiou durante tanto tempo a política colonialista.

Porém, companheiros, existe uma outra amizade, e é em nome desta outra amizade que eu estou aqui, em nome desta amizade estão em Portugal depois do «25 de Abril» tantos camaradas brasileiros. É a amizade dos povos; é a amizade dos proletários. É a amizade de todos aqueles que juntos em Portugal e no Brasil lutam pelo socialismo. É a amizade que vai sendo forjada através dos tempos nesta luta comum.

Por isso, companheiros, nos sentimos profundamente felizes quando foi derrubado o fascismo em Portugal. O «25 de Abril» foi recebido com enorme simpatia por todo o povo brasileiro.

Amizade Luso Brasileira!

No entanto, companheiros, devemos ver que o «25 de Abril» foi tão somente um primeiro passo. Tenho a certeza que todos os companheiros aqui presentes têm consciência disso. Porque, se Marcelo Caetano e Américo Tomás estão no Brasil a desfrutar da hospitalidade da burguesia brasileira, se há pides na cadeia, se hoje há liberdade de expressão para o povo, para as forças progressistas e revolucionárias deste País, se efectivamente estão sendo levadas adiante a descolonização, ainda são muitos os perigos: o que o fascismo não é um mal metafísico, algo que fica solto e que não se relaciona com mais nada em uma sociedade capitalista. O fascismo foi um regime de dominação política que expressou os interesses do grande capital neste País. O fascismo já acabou, o grande capital, ainda não!

Companheiros, quando dizemos isso; quando dizemos que o «25 de Abril» foi só um primeiro passo, naturalmente é porque pensamos que aqui em Portugal ainda existe exploração. Em Portugal ainda existe uma minoria privilegiada que nada faz e que tem tudo e uma maioria trabalhadora

dem-se aqueles que pensam que a ditadura brasileira é só um problema dos brasileiros.

Estamos na medida de afirmar sem medo de nos enganarmos que a ditadura brasileira é não só um inimigo natal do povo brasileiro como também uma ameaça para todos os povos da América Latina, da África e também para o povo português.

COMPANHEIROS:

A ditadura brasileira é o guarda do imperialismo na América Latina. Ela tem crescentemente substituído o imperialismo americano no papel de policial dos seus interesses. Em muitas ocasiões ficou claro que o imperialismo norte-americano delega ao regime brasileiro essa função. Tanto no golpe banerista da Bolívia, tanto no auto-golpe uruguaio de Bordaberry, quanto no golpe de Estado que derrubou o Governo de Salvador Allende no Chile, se nota claramente a intervenção do regime brasileiro, guarda do imperialismo da América Latina. São os professores de tortura mandados ao Uruguai para treinar a repressão uruguaia, são as armas macedônicas a Santa Cruz na época do golpe que derrubou o Governo progressista de Juan José Torrez, na Bolívia. Foi o fundo «assistencial» de empresas monopolísticas brasileiras que juntamente com a C.I.A. financiou a greve dos donos dos camiões do Chile. Foi no Brasil que foram treinados muitos dos terroristas de Ptria, Liberdade e do Partido Nacional que posteriormente regressaram ao Chile para exercer as suas criminosas actividades.

Então, nós afirmamos que o regime fascista brasileiro é uma ameaça para todos os povos da América Latina. Sabemos muito bem que os povos da América Latina têm consciência disso e nos apoiam, assim como também nós os apoiamos.

A Descolonização

Mas não se limita à América Latina a intromissão da ditadura brasileira; ela tem sido nos últimos meses cada vez mais presente na África. A ditadura brasileira está metida em tudo quanto for conspiração neo-colonialista. Não foi à toa, nem por coincidência que a algumas semanas atrás, foi uma delegação brasileira visitar o sr. Holden Roberto. Sabemos que apesar das magníficas vitórias obtidas pelo povo de Angola ainda são muitas as ameaças e as dificuldades. A pior destas ameaças é a ameaça neo-colonialista e dentro desta ameaça neo-colonialista estão determinados movimentos que se intitulam de libertação, mas que nós sabemos muito bem que na verdade são Cavalos-de-Troia de um projecto neo-colonialista

O único representante autêntico e legítimo do povo angolano é o M.P.L.A!

Os camaradas do M.P.L.A. e o povo angolano podem estar certos que os revolucionários brasileiros denunciaram e combaterão todas as manobras

neo-colonialistas da ditadura brasileira na África.

Companheiros, mas não é só em África, não! Aqui também! Como por coincidência depois do «25 de Abril» foi nomeado um novo embaixador brasileiro, o general Carlos Alberto Fontora. Quem é este indivíduo? É o ex-chefe do S.N.I. (Serviço Nacional de Informações), a C.I.A. brasileira. Bom afinal, é uma carreira diplomática como outra qualquer... (risos).

S. N. I.,

C. I. A., etc.

Mas estão existindo muitas coincidências! Por exemplo, faz algumas semanas esteve aqui o general Venom Walters, chefe adjunto da C.I.A., naturalmente para passar as férias. Esse general em 1964 era adido militar da Embaixada norte-americana no Brasil. Ele ajudou a organizar o golpe de 1964.

Também coincidência será encontrar pelas ruas de Lisboa tantos «turistas» brasileiros que quando não estão em férias, como certamente estarão aqui (risos), têm a digna profissão de polícias políticos.

Estamos na medida de afirmar que a embaixada brasileira em Portugal, tem um contingente muito grande de agentes policias e oficiais de inteligência, que juntamente com a C.I.A., dividindo funções com esta, desenvolvem uma actividade bastante intensa.

Seria ingénuo pensar-se que estas actividades se restringem ao policiamento dos refugiados brasileiros. Não, é muita gente, é muita estrutura, muito dinheiro no meio, são outros objectivos.

Na verdade trata-se de um trabalho de intromissão nos assuntos internos deste País. São actividades conspiratórias em apoio àqueles forças que aqui em Portugal representam os mesmos interesses que a ditadura brasileira no Brasil. Aliás, certas amizades são por demais evidentes. O general Galvão de Mello, felizmente já saneado pelo M.F.A., esteve no Brasil, algumas semanas após o «25 de Abril». Nessa ocasião ele fez afirmações pretendendo encontrar características em comum entre o golpe de 1964 e o movimento do «25 de Abril». Está nos jornais da época para quem quiser ver. Felizmente este general foi saneado, resta saber se pessoas mais discretas, com as mesmas ideias o serão.

A Imprensa brasileira anda cheia de artigos francamente difamatórios ao «25 de Abril», ao M.F.A. e a partidos democráticos e progressistas de Portugal. Há dias atrás, um político brasileiro na menopausa, o sr. Carlos Lacerda (risos), resolveu fazer a sua «entrevista» política escrevendo sobre Portugal um artigo cheio de difamações e calúnias. Se essa matéria é outras saem diariamente na Imprensa brasileira



A recente realização do I Congresso de Cristãos pelo Socialismo, cujas conclusões foram amplamente difundidas pela imprensa diária, constitui sem dúvida um acontecimento da máxima revelância política e cultural, que não pode passar sem um comentário.

A denúncia religiosa, do compromisso da hierarquia católica com o poder político e económico da burguesia, não tem merecido qualquer atenção às forças reformistas, empenhadas como estão em silenciar e impedir aquilo a que chama a «questão religiosa».

O mérito principal dos C.P.S. é precisamente o de ter clara e intencionalmente aberto a questão, que precisa de o ser não só a partir de dentro pelos próprios cristãos, mas de fora, por todas as forças revolucionárias. Minimizar hoje politicamente o peso do obscurantismo piedoso e da superstição ritualista no bloqueio das massas rurais, mais, e operárias, menos, para uma sua emancipação total, bem como o seu enquadramento orgânico em estruturas paternalistas e antidemocráticas como as da Igreja actualmente vigente em Portugal, é não só um erro grave, como uma atitude política de negativas repercussões futuras.

fensiva da aristocracia rural a que a Igreja esteve política, social e culturalmente enfeudada. Evita-se assim colocar em termos de classe — de opção e de cultura de classe — a «questão religiosa», evita-se analisar a essa luz a própria Igreja.

Cristãos pelo Socialismo vieram passar pelo crivo marxista da análise da luta de classes, não só a prática religiosa da instituição eclesial como também a sua referência ideológica: o Evangelho e a Bíblia. O discurso eclesial e o discurso «teológico» foram assim desmitificados, conduzindo, por um lado, a uma opção de classe dos cristãos, ao lado dos explorados e oprimidos, e por outro, a uma leitura «materialista», e não religiosa, nem fideísta, nem moralista da própria Bíblia.

«Cristãos pelo Socialismo» colocam-se assim, decisivamente quer no plano interno da fé que professam, quer no plano político em que estão inseridos, numa via revolucionária.

Uma questão fulcral se põe contudo ao movimento C.P.S. agora surgido em Portugal: até que ponto conseguirá ele tornar-se num movimento político e cultural de massas? Não se trata da constituição de mais um partido confessional — um «Partido Socialista-Cristão», que rejeitaram peremptória e energeticamente. Trata-se sim, da divulgação e do testemunho de uma opção socialista e de um trabalho de desmontagem ideológica. Disto dependerá de facto a emancipação real dos cristãos de opressão cultural, social e política a que os tem votado a Igreja e a burguesia de que ela tem sido suporte e instrumento.

Com efeito, quando se pretende evitar uma «questão religiosa, pensa-se sobretudo em velhas campanhas de anticlericalismo burguês radical, e nos seus resultados políticos contraditórios, como da 1.ª República, que levaram a hierarquia a um endurecimento e a uma recuperação política. (Muito mais haveria a dizer aqui sobre o surto expansionista da burguesia e a reacção de-

é porque fazem parte de uma campanha orquestrada pela própria ditadura, pois, numa imprensa tão bem censurada quanto aquela, nada sai que não represente a posição do regime.

Companheiros: para terminar eu queria fazer uma saudação a todas as forças revolucionárias e democráticas presentes; gostava, no entanto, de saudar muito particularmente os movimentos de libertação africanos. Não devemos nunca esquecer que foi a luta armada, longa, dura e cruel destes movimentos, que criou as condições para o «25 de Abril» (aplausos). Para nós, brasilei-

ros, a vitória do P.A.I.G.C., a vitória da FRELIMO, a vitória que temos a certeza, obterá o M.P.L.A., apesar de todas as manobras neo-colonialistas, é um grande alento para a nossa luta. E como também a vitória dos povos da Indochina. Demonstra que o imperialismo não é imbatível, demonstra que a reacção internacional pode ser derrotada.

Para terminar eu queria agradecer ao M.E.S. esta oportunidade de lhes falar e saudar todos os companheiros presentes.

COMPANHEIROS: pelo SOCIALISMO, até à vitória, SEMPRE!

Serviço Cívico o quê? ao serviço de quem?

Os N.E.I.P., Núcleos Estudantis de Intervenção Política, têm vindo na última semana a perspectivar na Universidade o que entendem ser as tarefas revolucionárias na actual situação. No Instituto Superior de Economia (I.S.E.), Inst. Sup. Técnico, Inst. Ciências do Trabalho (I.S.C.T.E.), Inst. Sup. de Ciência Política (I.S.C.P.), Fac. de Letras, Esc. Sup. de Belas Artes, as suas posições e propostas têm sido discutidas e aceites em reuniões gerais de alunos e dizem, em termos gerais, o seguinte:

— saída dos estudantes das escolas, no sentido de ligar a realidade do País e a situação dos trabalhadores ao estudo empreendido na escola, como alternativa ao serviço cívico do M.E.C.

— ingresso imediato de todos os candidatos.

— início dos contactos com as organizações dos trabalhadores.

O Ministério da Educação e Cultura, perante o grande número de candidatos a estudar na Universidade de este ano, declarou que não haveria capacidade técnica, (isto é, capacidade e salas suficientes) para dar um ensino com qualidade, mostrando grande apreensão em relação ao facto de, a breve prazo, começarem a sair das universidades técnicos em grande número e que não encontrarão ocupação profissional. Desta maneira, e para conservar a referida qualidade de estudo, resolveu o M.E.C. que este ano não funcionaria o 1.º ano da Universidade. Nasceu aqui a ideia de mandar os milhares de estudantes candidatos para o que veio a designar como Serviço Cívico; tal serviço consistiria pois em manter ocupados com trabalhos de diversa ordem

do M.E.C., principalmente pelas razões expostas; tal valeu-lhe ser acusada de parasitismo, de fazer o jogo da reacção e, enfim, de perturbar o processo político em curso. Embora os ambientes continuem efervescentes, as reuniões de estudantes sucedendo-se a toda a hora perante a expectativa do M.E.C., impõe-se fazer uma análise cuidada desta importante questão, pondo de lado as afirmações fáceis e demagógicas, tentando clarificar, em termos políticos e sob o ponto de vista dos interesses em jogo, o significado deste processo.

A UNIVERSIDADE BURGUESA

A universidade (burguesa) é uma universidade que serve os interesses do capitalismo! É uma verdade

que mantém toda a organização capitalista — quer através de economistas que se lançam nas fábricas a renhilar a exploração dos trabalhadores, nos circuitos comerciais, ou no complexo sistema bancário, quer dos licenciados em Direito, que regulamentam as leis burguesas, quer dos médicos, quer dos engenheiros, do professorado, etc. A toda esta camada social, a frequência da Universidade promete a ascensão social face aos trabalhadores, superioridade essa conferida pela «cultura» e «conhecimento» de que os drs. e engs. desfrutam perante os trabalhadores — que são, afinal, quem tudo produzem!

A CRISE

Neste aspecto, a Universidade em Portugal entrou numa crise sem solução: ao abrir-se a maiores camadas sociais, a universidade vê-se em apuros para garantir não só a promoção social a tanta gente, mas até a própria colocação profissional. Tais são as contradições do ensino em capitalismo! Portanto, aqui se começa a ver a questão principal: actualmente em Portugal, como todo o esquema de selecção fascista foi alterado — e não funciona — e se apresentam cerca de 28.000 pessoas para o 1.º ano, o M. E. C. vê que efectivamente não existem condições para a tal qualidade de ensino, e a funcionar com tanta gente, a universidade não cumpriria cabalmente as suas funções: responder às necessidades da organização capitalista.

RESOLVER A CRISE?

Ora, as actuais carências técnicas só poderiam ter

de maioria do povo português. Só assim o problema técnico se poderia ultrapassar. E então sim, isso seria uma ligação do estudo ao trabalho; isso permitiria ao estudante de Medicina frequentar os miseráveis e escassos hospitais de província, conhecer as condições higiénicas e de saúde do trabalho nas grandes e nas pequenas fábricas, compreender que a Medicina não está efectivamente virada para as necessidades dos trabalhadores, mas antes se encontra submetida à lógica do capital e da exploração; e quem diz o estudante de Medicina, diz o estudante de Letras e mais o estudante de Economia que ganharia consciência da exploração e opressão capitalistas sobre as massas trabalhadoras — e isto ao contrário do que se ensina na escola onde tudo aparece justificado com argumentos teóricos e abstractos, mistificadores, que escondem a todo o momento a lógica do sistema capitalista, a força revolucionária de todos os trabalhadores e esconde finalmente que uma nova ordem é possível: o poder dos trabalhadores, a sociedade sem classes.

SAIR DA ESCOLA: COMO?

Mas essa ligação do trabalho será o Serviço Cívico tal como o M. E. C. propõe? O Serviço Cívico do M. E. C. não passa de uma prestação de serviços à «reconstrução nacional» e onde o estudante não pode confrontar o seu estudo com o trabalho, antes se limita a prestar trabalhos, e, ao voltar para a Universidade, regressa ao tal ensino teórico e abstracto — um pouco enriquecido, é certo, da sua experiência, mas incapaz de a saber utilizar para transformar o ensino no próprio campo institucional. Mas alterar a qualidade do ensino de modo a que o estudante pudesse tomar contacto com as questões fundamentais da sociedade capitalista numa óptica dos interesses dos explorados e oprimidos, seria cavar mais a crise da universidade burguesa; era institucionalizar um ensino que permitisse, aqui e agora, um avanço das forças revolucionárias nas escolas e fora delas; era pôr ainda mais a nu as contradições do capitalismo português em ordem a uma solução revolucionária. E isso viu-o o ex-ministro Magalhães Godinho, pouco interessado em que o ensino se «reformasse» de uma maneira tão «incontrolável». Não que seja possível uma revolução no ensino — o põe-nos claramente sob os interesses tácticos e estratégicos da revolução socialista, mas sim um tipo de ensino que permita, ao nível da massa estudantil, aprofundar a dificuldade da ideolo-

gia burguesa perspectivar a solução da actual crise e que abra terreno às forças revolucionárias para intervir na formação ideológica dos futuros técnicos, abrindo as suas mentalidades à realidade social, ganhá-los assim, em termos significativos, para a defesa dos interesses revolucionários dos trabalhadores. Isso só será possível com saídas organizadas das escolas para a realidade do trabalho, introduzindo no seu estudo do dia-a-dia a compreensão da realidade do trabalho, apoiando objectivamente (nos sindicatos, nas comissões de trabalhadores, nas autarquias locais, no mundo rural) as lutas dos trabalhadores, utilizando assim a grande disponibilidade que os estudantes têm (de tempo e de conhecimentos), contribuindo até, em certos limites, para o avanço da consciência dos trabalhadores. E apoiar a saída organizada da escola nestes ter-

mos, é apoiar também o ingresso imediato de todos os actuais candidatos. E se é certo que uma camada estudantil preferirá talvez o descanso do estudo fecho das nas salas de aula, passivo e «disciplinado», preferindo o comodismo de uma rápida ascensão social (que afinal só será possível para alguns, poucos) mais certo ainda é haver quem — tal como antes de 25 de Abril lutou, também revolucionariamente contra a repressão fascista — esteja disposto, através da compreensão política da actual fase da luta de classes, a levar avante tal tarefa.

Recusar isto, é o mesmo que apoiar uma reestruturação (reforma) do ensino onde os interesses revolucionários não possam estar presentes e onde o próprio sistema capitalista irá ganhar forças para continuar a levar para a frente os seus interesses de exploração.

Defendemos a entrada dos estudantes na Universidade, não porque acreditemos num direito abstracto à cultura e muito menos por pensarmos que uma hipotética transformação destes estudantes em quadros e técnicos ao serviço da exploração capitalista seja uma medida que vá de encontro aos reais interesses das classes trabalhadoras, mas fundamentalmente porque consideramos que a entrada destes estudantes na Universidade implicará necessariamente um conjunto de alterações no ensino que poderão, estas sim, avançar com contributos importantes no sentido da defesa nos interesses dos trabalhadores. E isto se em cada escola os estudantes conseguirem impor uma ligação efectiva do seu estudo à realidade social, na óptica dos problemas que se põem às classes trabalhadoras, não de uma maneira abstracta, no vazio, mas sabendo-se deslocar aos locais concretos onde estes problemas se põem.

Trata-se de facto de neste momento, responder claramente ao M.E.C. e ao Governo: «Os estudantes não recusam a sair do ghetto da sua escola! não recusam sim, a continuar fechados no seu estudo académico, e «desligado» da sociedade e dos seus conflitos: recusam o «serviço cívico» como medida selectiva e racionalizadora da Universidade Burguesa».

Recusamos pois, o serviço cívico proposto pelo MEC. Não porque queiramos continuar a ser a tal casta privilegiada, cirurgiões ou charlatões do sistema de exploração do homem pelo homem, mas porque recusamos opor-nos aos interesses objectivos dos trabalhadores, porque recusamos a reconversão da escola em termos capitalistas, a formação de novas elites, porque pensamos que a ligação do estudo à prática deve ser programada por nós e feita por todos, do 1.º ao 5.º (e não programada em gabinetes e imposta à malta do 1.º ano).

A luta de todos os estudantes é neste momento a luta contra o sistema de ensino reaccionário, e repressivo, é a luta pela transformação progressiva e radical deste ensino. Não devemos recusar a saída das escolas sempre que essa saída seja por nós controlada e decidida, sempre que essa saída esteja permanente ligado ao nosso trabalho na escola, aos métodos de ensino e às avaliações de conhecimento e sempre que essa saída seja permanente contacto com os trabalhadores, a sua situação, as suas lutas e as suas organizações autónomas.

Se é verdade que só colocando os estudantes em contacto directo com os problemas concretos com que as classes trabalhadoras se defrontam estes podem aperceber os seus reais problemas, é também verdade que só através de uma reflexão científica sobre esses mesmos problemas, estes contactos podem resultar efectivamente, por um lado num conhecimento efectivo da realidade, e por outro lado no apoio consciente à luta das classes trabalhadoras pela sua emancipação.

NÃO AO SERVIÇO CÍVICO

SIM À ENTRADA IMEDIATA DOS ESTUDANTES

CONTROLE SOBRE A SAÍDA ORGANIZADA DOS ESTUDANTES DA ESCOLA

POR UM ALINHAMENTO EFECTIVO COM A LUTA DOS TRABALHADORES CONTRA A EXPLORAÇÃO E PELO SOCIALISMO



os referidos estudantes — o resto da Universidade continuaria a funcionar normalmente (?) — e preparar para o próximo ano uma apertada selecção à entrada no 1.º ano. Um aspecto importante que justificaria pois, a decisão do M.E.C., é exactamente a vantagem que traz aos estudantes o contacto com a vida e a dureza do trabalho, e, também, o contribuir para a «reconstrução nacional».

Ora bem, a grande massa estudantil reagiu, e reagiu fortemente, à proposta

que merece ser repisada isto é, a universidade não é um local de instrução no sentido, digamos, cultural é que vise a valorização colectiva das amplas massas através da difusão de conhecimentos — mas sim um local que pretende responder às necessidades da organização capitalista da economia, da saúde, da instrução técnica, da ideologia, etc. No fundo, a universidade tem por missão fornecer ao sistema capitalista os técnicos e os dirigentes que aperfeiçoam e

uma solução; uma alteração do tipo de ensino de tal modo que, face ao pequeno número de salas de aula e professores, os estudantes fossem «aprender», reduzindo as horas de estudo nas escolas e indo ligar-se mais ao trabalho, às lutas quotidianas dos trabalhadores nos seus locais de trabalho, inteirando-se da realidade da vida, da exploração a que estão submetidas as massas operárias, das difíceis condições de saúde, habitação, transportes, tempos livres, da gran-

CONTROLE DE BASE PROGRAMA DOS NEIP LISTA B

LICEUS E TÉCNICAS

Várias vezes manifestámos o nosso descontentamento relativamente a estas eleições!

Continuamos a pensar que é totalmente incorrecto existir uma Associação Central que, completamente desligada das nossas lutas das realidades de cada liceu e de cada escola técnica — dá as «suas» ordens, define as tarefas, faça os seus textos (e censure os outros...).

Continuamos a pensar que, neste momento, se torna fundamental acabar com qualquer controlo burocrático sobre as nossas iniciativas de base, de escola, de turma.

Continuamos a pensar que a tarefa prioritária é a de avançar com um amplo trabalho de discussão e informação política enraizado no nosso dia-a-dia.

Continuamos pois, a pensar que deve existir uma Associação por cada liceu e escola técnica, sendo a Associação Central um mero órgão de coordenação.



ENTÃO, PORQUE NOS CANDIDATAMOS?

Porque — o peso da nossa intervenção e a nossa tradição de luta exige que, perante os estudantes, voltemos a afirmar o que pensamos e o que levamos à prática.

Porque — sabemos que todas as outras posições (tendências) irão concorrer com o intuito principal de ganhar uma direcção e um aparelho técnico para tentarem controlar todas as iniciativas e lutas.

Porque — é possível, a partir destas eleições, enraizar uma discussão permanente, em todas as técnicas e liceus, sobre os nossos problemas, sobre o nosso quotidiano, sobre a sociedade em que estamos «metidos».

Vamos pois, candidatar-nos à Associação Central, para permitir que haja um verdadeiro controlo de base sobre ela, para impedir toda a burocracia, autoritarismo e sectarismo que caracterizaram as últimas Direcções.

Vamos para impulsionar, não

na cúpula mas em cada liceu, em cada escola técnica, aquele debate que se torna urgente e necessário.

Vamos-nos candidatar exactamente como somos e como pensamos, não tentando ofender aos estudantes coisas ilusórias, para captar mais este ou aquele voto.

Vamos-nos candidatar para sermos a « direcção », mas para collocarmos a direcção, a discussão e a decisão de todos os processos, nas turmas, nas técnicas, nos liceus.

Éis um excerto significativo da análise dos N.E.I.P.:

« Qual é o futuro que esta sociedade nos reserva, a nós estudantes do liceu? O dos chefes de secção ou de «doctores» (se as nossas famílias tiverem «massas» para isso, e de privilegiados que continuará a dizer que «já muito se fez», que a «reconstrução nacional» avança! Enquanto milhares de trabalhadores estão no desemprego!

E A NÓS ESTUDANTES DAS TÉCNICAS

O papel de mestres e contra-mestres, nas fábricas, oficinas e «ateliers», repetindo sistematicamente as mesmas funções servindo o patrão como «chuis» a vigiar os trabalhadores!

E para todos o papel de chefe de família «honrado», chateando-se cada dia um pouco mais, mas louvando uma ordem social que nos permite ter frigorífico, televisão, um «excitante» e triste «ambiente familiar» e, por fim um consumo forçado e interiorizado de frustração!

A ESTE FUTURO TEMOS QUE DIZER NÃO

E é por isso, por a escola e a educação continuarem ao serviço dos patrões, uma escola a capitalista, que a nossa luta continua! E é por isso que a nossa luta nos liceus e nas escolas técnicas, só terminará quando terminar a exploração dos trabalhadores...

Sobre o decreto-lei que regula a gestão dos estabelecimentos de ensino, os N.E.I.P. dos liceus e técnicos têm vindo a apresentar em várias Assembleias Gerais de Escola, uma proposta de Carta Aberta ao M.E.C. da qual, pela sua importância e oportunidade, transcrevemos alguns pontos.

Esta proposta foi já aprovada nos liceus Padre António Vieira e Maria Amália.

O seu aparecimento é justificado nos seguintes termos:

Vimos por este meio, tentar estabelecer um diálogo quer com V. Ex.ªs, quer com todos os estudantes do ensino secundário, porque, se à partida foi recusado o diálogo da vossa parte, nós no entanto não perdemos a confiança de que se possa agora efectivar, ainda por continuarmos a pensar que um problema deste teor, não poderá ser resolvido apenas por meia dúzia de pessoas (mesmo que cumpram altas funções no Governo) e, porque finalmente, pensamos que mesmo com toda a dessanção do ensino secundário, ainda somos e seremos capazes de discutir problemas que nos digam respeito, num clima de **sã e verdadeira democracia**, que nos tem caracterizado mesmo no tempo do fascismo.

O texto começa por estranhar o facto de não ter havido participação dos estudantes, dos professores e dos funcionários na elaboração desse decreto e por declarar admiração por se ter escolhido o período de férias para a sua divulgação.

Crítica, em seguida, recentes afirmações do ministro da educação sobre um «clima insuportável» que se estaria criando nas escolas, afirmando nomeadamente: achamos que a democracia não se pode pôr em termos de aceites ou apanhas com medidas repressivas ou mesmo de nos habituarmos todos a obedecer cegamente às estruturas superiores como noutros tempos.

Quanto ao decreto propriamente dito afirma o texto:

Outra curiosidade que nos traz este decreto é relativa às assembleias! Diz ele que estas não podem deliberar nada, só são reconhecidas em termos consultivos. Isto leva-nos a lembrar que quando se discutiu a chamada reforma Veiga Simão, os estudantes professores e empregados FORAM CHAMADOS À DÁRSUA OPINIÃO; MAS NUNCA DECIDIR; e sabemos bem o resultado e o carácter dessa reforma! Por outro lado será que as assembleias não acitam como deliberativas as posições assumidas pela maioria? Ou não será que aqui a vossa democracia entra em crise e contradição! Não será que é mais democrático serem 2.000 e 3.000 pessoas a decidir do que 15 ou 20? Ou será que acreditam em pessoas iluminadas que decidam por todos? Ou finalmente não será um passo para entrar a luta dos estudantes ao lado das classes trabalhadoras?

Mas nem sempre estamos em desacordo realmente com o sr. Dr. Protes da Fonseca.

Tem completa razão ao afirmar: «Este problema não é pedagógico mas sim político». Talvez seja aqui que bate o ponto de toda a nossa discórdia! Pois quanto a nós há duas formas principais de política. Aquela que favorece os capitalistas e a outra que apoia a luta dos trabalhadores pela sua emancipação.

Será que fomentado todo um tipo de discussões democráticas e chamar todos os habitantes das escolas à responsabilidade de gerir a escola, favorece os capitalistas? Será que tentar ligar a luta dos estudantes à dos trabalhadores será favorecer os capitalistas? Será que tentar por todas as formas que o estudo não tenha o seu carácter reaccionário, obscurantista e burguês é favorecer os capitalistas? Será que fazer todo um tipo de sessões culturais para que acabemos de uma vez por todas com os exemplos históricos de vermos estudantes ao lado da policia de choque nas barricadas dos fascistas, será favorecer os capitalistas? Ou não será que realmente o que é favorecer os capitalistas, é negar o poder das bases de controlar os seus órgãos superiores, esmagando assim os impetus criadores das bases, reduzindo os estudantes a simples «marionetas», como dantes.

E dentro destas duas opções principais escolhemos a primeira, escolhemos estar ao lado das classes trabalhadoras e oprimidas que tudo produzem para atingir o fim da exploração do homem pelo homem. E V. Ex.ªs, já decidiram?

A finalizar afirma-se: Sr. ministro e Srs. subsecretários, queremos fazer mais uma pergunta que nos parece importante: quem de uma vez por todas acabar com os famigerados cargos de reitores e Directores? Se sim, então não basta sanear as pessoas mas também as estruturas! E as estruturas foram radicalmente alteradas?

De uma forma simplista, mas não incorrecta, podemos dizer que as comissões de gestão por vós propostas são antigos reitores, o que simplesmente muda é o n.º! Não será que a comissão de gestão decide sem a prévia decisão de todos os habitantes das escolas? Não será que também antes não se podia revogar os reitores pois só o MEN tinha tais poderes? Então se sim permitam que as comissões de gestão sejam deliberativas e sim as assembleias de escola e que as mesmas comissões possam ser revogadas a todo o momento.

colleccao de textos

colleccao de textos

colleccao de textos

colleccao de textos

Tomar conhecimento do que se passa em Tomar

Camaradas:

A imprensa regional é, na provincia, um foco contrarrevolucionário e antidemocrático que se tem de combater e eliminar.

Aqui em Tomar existem quatro periódicos, três dos quais se enquadram perfeitamente na designação acima feita: «O Templário», «O Nabão» e «Cidade de Tomar». O outro, «O Alar» define-se no editorial do seu último número como «um jornal ao serviço das classes trabalhadoras» e de orientação «baseada em princípios ideológicos que passam pela luta anticapitalismo, antireformista, e antirevisionista». Contrastando com este, vejamos o estado de coisas nos outros jornais.

«Cidade de Tomar», propriedade de uma sociedade da qual faz parte um indivíduo chamado Fernando Marques de Oliveira, general reformado, possuidor de um «currículo vitae» fantástico: subdirector da Pide nos anos quarenta, comandante geral da PSP, comandante-geral da LP, e um dos maiores opressores do povo de Tomar, nas suas páginas este jornal tem manifestado claras posições anticomunistas e colonialistas.

«O Nabão», propriedade da conhecida empresa «Luz e Progresso», dirigido por um padre (conhecido no concelho pelas suas homilias reaccionárias), e que desde sempre tem sido anticomunista e ultimamente apologistas de uma sociedade de democracia cristã.

Para último deixei «O Templário», jornal ultrareaccionário, propriedade de um fascista chamado Manuel Machado, governador do distrito de Leiria, antes do 25 de Abril, e dirigido por um neo-nazi, que defende «a reforma para empregados e patrões» enfim, para a «terceira idade» e que é preciso é reconstruir o País, de nome Cunha Simões. Na sua segunda página estamos a albergar as lamúrias de um fascista que assina J.M. e que tem duas colunas por conta dele com o título «Aqui e Agora» e que no último faz referência ao MES e que em números anteriores chegou a pôr o MFA em causa, perguntando onde se baseava a sua legalidade. Junto envio um exemplar do último número que é uma amostra do que eu airmei.

Saudações.

JOSÉ H.

Nota da Redacção:

Alguns comentários edificantes da coluna «Aqui e Agora» do Semanário «O Templário»:

«O País acompanhou com a devida atenção os acontecimentos referentes à prisão de alguns administradores de empresa em meados do mês passado. Da entre os acontecimentos, há dois que merecem ser destacados.

«Primeiro, a atitude nobilíssima de um engenheiro Brás de Oliveira, que, encontrando-se em Paris e sabendo ali que fora ordenada a sua detenção, antecipou o regresso a Lisboa, e logo que chegou foi apresentar-se ao COPCON (...).

«Valha-nos a verticalidade de procedimentos como este, para nos compensar da imensa mediocridade em que anda atolado este nosso tempo e este nosso Mundo.



«Segundo, um inqualificável comunicado em que o Sindicato dos Bancários do Distrito de Lisboa, ataca violentamente o juiz dr. Sá Ferreira, porque, nos preciosos termos da lei, mandou restituir a liberdade a quatro dos administradores detidos, alguns deles sem mesmo terem de prestar caução.

«Pelos vistos, o Sindicato pretendia que se violassem as disposições legais aplicáveis e se mantivesse a prisão de todos os administradores em obediência a puras razões de ordem política e à «legalidade do 25 de Abril».

«Não há que perder tempo a apreciar a atitude do Sindicato dos Bancários. É pura demagogia (...).

«Mal vai a coisa, se se permite que a justiça comece tambem a ser visada pelas manobras de baixa politica e pelas pressões da demagogia irresponsável.»

(Sem comentários)

Esquerda Socialista

O Esquerda Socialista esteve duas semanas sem sair. A reestruturação organizativa no MES, após o Congresso, estendeu-se também ao jornal enquanto órgão do movimento. Entendeu-se, assim, necessário este período de suspensão temporária para repensar organizativamente o jornal, de acordo com a linha política traçada no Congresso do MES, e prepará-lo para responder às prementes tarefas que lhe foram atribuídas.

O Esquerda Socialista sai assim reforçado para ser um instrumento na luta de massas, informando e analisando as lutas das classes trabalhadoras no contexto da realidade portuguesa e internacional, divulgando e denunciando a exploração capitalista a todos os níveis em que se processa, agitando e provocando a discussão e à luta de modo a contribuir para a consciencialização e organização das massas trabalhadoras.

O Esquerda Socialista pretende ser um instrumento activo na luta de massas em torno de objectivos anticapitalistas, um impulsionador e um divulgador das lutas das classes trabalhadoras. O Esquerda Socialista será assim não só um instrumento nas mãos dos militantes do MES na sua prática política, mas um instrumento para todos os que lutam contra a exploração e opressão capitalistas. O Esquerda Socialista estará aberto ao debate político, à análise das lições teóricas e práticas das lutas das classes trabalhadoras. O Esquerda Socialista será assim um jornal para «debater, organizar, lutar».

Esquerda Socialista como estrutura de intervenção do movimento dotou-se de um novo estatuto organizativo e militante, de que os sectores redactorial, gráfico, administrativo e distribuidor são partes integrantes. E como órgão político do movimento passa a ter, a partir deste número, o primeiro de 1975, um novo director, membro da Comissão Política do MES.

O Esquerda Socialista como jornal de massas, que quer ser, precisa de uma base económica consistente. Eis porque, tendo em conta o agravamento dos custos de produção do jornal, nos vimos forçados a aumentar o preço de venda para 3000.

A organização revolucionária extra-parlamentar italiana Lotta Continua

Após a leitura do relatório introdutório de Adriano Sofri, os trabalhos prosseguiram «à porta fechada», tendo porém algumas organizações estrangeiras «significativas», tais como o M.I.R. do Chile e o M.E.S. sido convidadas a participar no decorrer de todos os trabalhos. O M.E.S. fez-se representar através de um seu delegado do sector das Relações Internacionais.



acaba de realizar em Roma, de 7 a 12 de Janeiro, no Palácio dos Congressos, o seu Congresso Nacional.



Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista Composto e Impressão em Renascença Gráfica, S.A.R.L. Rua Luz Soriano 44, Lisboa Jornal semanal 7 vezes às 4.ª - feiras

Esquerda Socialista

Assinatura 6 meses... 75\$00 12 meses... 150\$00 apoio... 300\$00

Estrangeiro (Europa) 275\$00

Nome

Morada

Profissão

Rua Rodrigues Sampaio 79, r/c, Lisboa, telef. 535438

Angola: muitos interessados...

A Cimeira que reúne os representantes dos movimentos de libertação angolanos com o Governo português tem por objectivo o estabelecimento das condições em que se vai processar a independência de Angola. Entretanto, é sabido como a situação geográfica e o enorme potencial de recursos deste território fazem com que o processo de descolonização assumia um papel de grande importância na estratégia do imperialismo à escala mundial. Só a esta luz será possível compreender o que se joga ou não joga neste momento, quais as forças que aí se defrontam e quais os papéis dos principais protagonistas.

O colapso do colonialismo português e a vitória da Frente no Moçambique obrigam a um novo alinhamento de forças, não só na África Austral, mas à escala de todo o continente. De um dia para o outro, o imperialismo vê-se constrangido a reformular toda a sua estratégia, e é aqui que Angola assume um papel decisivo.

Efectivamente o bastião branco da África Austral vê as suas posições drasticamente enfraquecidas: submerso o domínio branco da Rodésia tem os seus dias contados e o Governo sul-africano vê-se obrigado a atenuar todo o sistema racista. Nestas condições, o papel da África do Sul tenderá a assumir um lugar secundário na estratégia imperialista.

Parante este novo quadro, afirma-se com grande relevo a República do Zaire, que passará a desempenhar um papel privilegiado. A consolidação do regime de Mobutu, levado a cabo nos últimos anos com base num africanismo demagógico e chauvinista, com provas dadas como competente mandatário dos interesses capitalistas, coloca-o em excelente situação para substituir a África do Sul, em condições aliás muito mais favoráveis: situação geográfica no coração do continente e uma fachada retintamente africana.



OS PROTAGONISTAS EM PRESENÇA

Dos chamados movimentos de libertação, apenas o MPLA assumiu consequentemente tal qualidade, não só pelos seus objectivos de luta — uma independência real para Angola — como por uma prática verdadeiramente revolucionária, pelo seu carácter nacional e pelo apoio de extensas camadas populares.

O MPLA seria assim o único interlocutor válido para negociar com o Governo português, tal como sucedeu em Moçambique com a Frente e na Guiné-Cabo Verde com o PAIGC. O MPLA, que iniciou a luta armada contra o colonialismo em 4 de Fevereiro de 1961, mante-

ve ao longo dos 13 anos de guerra uma combatividade constante, tanto ao nível da acção militar como da acção política.

Mas aqui, a presença do Zaire, representando interesses que se opõem frontalmente aos objectivos do MPLA, assume um papel decisivo. Um grupo tribalista e racista — a UPA — sob o impulso e com a protecção de Mobutu, guinda-se

tempo irá revelar. Mas alguns factos são já patentes, como o sacrifício pela FNLA da facção Chipenda, dissidente do MPLA, e da FLEC, versado separatista do imperialismo para se assegurar do domínio do petróleo de Cabinda. Caberá à FNLA garantir a defesa destes interesses. E cabe aqui perguntar, a propósito, com que intuítos a Gulf Oil, proprietária da concessão de Cabinda, tem

ao nível nacional, pretendendo representar o povo angolano. Holden Roberto (de seu verdadeiro nome Robert Holden), cunhado de Mobutu, assume a liderança do grupo ao qual não mais faltarão armas, dinheiro e apoio internacional. A UPA, cujas primeiras acções armadas foram os massacres indiscriminados de 15 de Março de 1961, baptizada agora de Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), tem a sua carreira assegurada. Carreira asinalhada com assassínios e prisões de militantes do MPLA ao longo dos anos de guerra colonial e agora com a distribuição de brinquedos importados às crianças dos muceques e a entrada maciça de armamento e de militares cuja nacionalidade angolana é mais do que duvidosa.

A presença da UNITA nas negociações, em pé de igualdade, também merece exploração. Movimento de luta armada, também de base tribalista e implantação muito reduzida, pactuou, segundo tudo leva a crer, com as forças coloniais. Fica a dever a sua promoção a duas forças coligadas: os colonos portugueses, ainda detentores da maior parte do poder económico, que oportunisticamente se aproveitaram deste grupo quando verificaram que só os movimentos de libertação teriam acesso à mesa das negociações e a necessidade de Holden Roberto — Mobutu terem uma força aliada para poderem isolar o MPLA.

O que fica dito explica como se formaram as forças tidas como representativas do povo angolano. Apesar dos antagonismos que as separam, a pressão dos Estados africanos e do próprio MFA levaram os três movimentos a uma plataforma provisória de entendimento a apresentar ao Governo português.

Muita coisa se terá sacrificado nesta plataforma, que só o

procedido a depósitos de fundos na FAO (Organização para a Agricultura da ONU). Será para que possa influenciar a aplicação de fundos das Nações Unidas em Angola, apresentando-se ainda como generoso benfeitor?

Mas parece claro que o MPLA também teve de adiar algo: a realização do seu objectivo — a independência total para Angola, não só política como económica.

O QUE RESULTARÁ DA CIMEIRA?

Aparece assim, claramente, o significado e o alcance da Cimeira algarvia: forçados pelas circunstâncias, os representantes das forças em presença aceitam distinguir o plano das negociações onde evitam uma confrontação do processo político na base contratando entre si a institucionalização de uma plataforma de compromisso, e procurando entretanto preparar-se para a luta inevitável em face dos interesses antagonicos em presença.

Para já, uma coisa é certa: a manutenção integral da estrutura capitalista e a consequente aceleração do processo da economia angolana na órbita do imperialismo.

A independência política, conquistada através de uma longa luta armada, conduzida principalmente pelo MPLA fica assegurada. Mas a total libertação do povo angolano, objectivo do mesmo MPLA terá de esperar por melhores dias. Neste momento de vitória face ao colonialismo enfim morto, saudamos os combatentes que contribuíram para este dia com o seu sangue e o seu sacrifício. Mas perante a vitória forçada e partilhada com os nossos inimigos, manifestamos ao MPLA a nossa solidariedade no prosseguimento da luta, que é a luta de todos os trabalhadores pela sua total libertação.

Fora com o Foro

Desde há 154 anos que a Desda de Negrelos vem pagando indevidamente um «foro», a uma das famílias latifundiárias desta vila, pela utilização de um rego para transporte de águas públicas do rio Trouço.

A quantia paga pela população até agora, dava para construir mais de 100 regos iguais ao existente.

Esta situação é ainda mais chocante, na medida em que o rego é construído sobre os seus próprios terrenos, e as obras de conservação e limpeza do mesmo são unicamente suportadas pelos trabalhadores explorados.

Em face desta situação a que estavam sujeitos os trabalhadores de Negrelos decidiram reunir-se em assembleia geral de população, a fim de tomarem as providências necessárias.

Núcleo do Movimento de Esquerda Socialista de S. Pedro do Sul.